

Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

3º quadrimestre | 2016





SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Gustavo de Oliveira Barbosa

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Luis Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Antônio Carlos Rabelo Cabral

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Giovana dos Santos Itaborai

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação iniciada em 2008 pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n.º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	12
I.I The Domestic and International Context.....	12
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro	14
I. Panorama Econômico.....	16
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	16
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro	18
II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro..	20
III. Resultados Fiscais.....	31
III.I Resultado Orçamentário	31
III.II Resultado Primário	32
IV. Receita Estadual	33
IV.I Receitas Correntes.....	34
IV.I.1 Receita Tributária	35
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	42
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	44
IV.I.3.1 Receita de Transferências	46
IV.I.3.2 Transferências da União.....	47
IV.II Receitas de Capital	51
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	53
V.I Despesa Total.....	53
V.II Créditos Adicionais.....	54
V.III Despesas por Grupo	55



V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.....	60
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	72
VI.1 Cota Financeira.....	72
VI.2 Pagamento de PD's.....	73
VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	73
VI.3.1 Características de Consumo.....	73
VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento.....	75
Precatórios.....	75
VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública.....	77
VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	88
VI.7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's.....	89
VI.8 Captação de Recursos.....	92

Apresentação

Este é o quinquagésimo primeiro número do Boletim de Transparência Fiscal. Elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, é o terceiro referente ao exercício de 2016. Excepcionalmente, devido à implantação do novo sistema orçamentário, financeiro e contábil, que representa um grande avanço na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP), no exercício de 2016, a periodicidade da publicação do Boletim foi quadrimestral, e esta publicação se refere ao terceiro quadrimestre de 2016, encerrando o exercício.

Seu objetivo é fazer chegar aos cidadãos os mecanismos de controle e dar transparência à execução do orçamento estadual - recursos arrecadados, sua origem e aplicação - a título de retorno para a sociedade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. No cenário ideal o Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

No que diz respeito à aplicação dos recursos, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos, uma das finalidades desta publicação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

*“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.*

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro - SIAFE-RJ - do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 06/02/2017, após a finalização dos procedimentos contábeis relativos à prestação de contas do exercício.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou o 3º quadrimestre de 2016 com arrecadação acumulada das Receitas Totais na ordem de R\$ 65.365,97 milhões, ficando abaixo da meta prevista para o período em 12,8%. O resultado é reflexo da crise econômica, fiscal e política que atinge o Estado do Rio de Janeiro, com implicações nefastas na arrecadação e, em consequência, na capacidade de pagamento de suas obrigações.

As Receitas Correntes apresentaram variação abaixo da meta acumulada em 7,6% (- R\$ 5.278,54 milhões), em que as Receitas de Tributárias (6,1% abaixo da meta, - R\$ 2.926,28 milhões) figuraram como o principal fator influenciador do resultado. O tributo de maior participação do Estado, o ICMS, apresentou decréscimo de R\$ 883,44 milhões (- 2,8%) em relação ao mesmo período acumulado de 2015.

As Receitas de Capital, no que tange à meta acumulada, ficaram abaixo do esperado para o período em 2016, com decréscimo de 77,8%, fruto da variação negativa da quase totalidade de suas receitas componentes, sendo as Receitas de Operações de Crédito (- R\$ 3.947,42 milhões da meta prevista) e de Alienação de Bens (- R\$ 1.056,12 milhões da meta prevista) as principais influenciadoras do descumprimento da meta acumulada.

O Balanço Orçamentário, até o 3º quadrimestre, fechou com déficit acumulado de R\$ 9.781,83 milhões, resultado que considera apenas as receitas líquidas, a saber, descontadas das transferências aos municípios e ao FUNDEB. As Receitas Correntes realizaram R\$ 46.298,70 milhões líquidos, enquanto as Despesas Correntes R\$ 51.937,03 milhões, ocasionando um déficit corrente de R\$ 5.638,33 milhões. As Despesas de Capital totalizaram R\$ 4.522,81 milhões enquanto as Receitas de Capital somaram R\$ 1.227,88 milhões, levando a um déficit de capital de R\$ 3.294,93 milhões.

As contas públicas fluminenses apresentaram Resultado Primário acumulado deficitário em R\$ 5.966,83 milhões, porém, com uma variação positiva de 27,3%, em relação à 2015, dada a prevalência das despesas primárias, ou não financeiras, frente às receitas primárias, ou não financeiras em 2016. Essa melhora aparente não é verdadeira. A prevalência das despesas primárias não registra a realidade do gasto, uma vez que despesas de competência 2016, correrão a conta do orçamento de 2017, dentre elas, parte das despesas de pessoal de dezembro e décimo terceiro salário, parte do serviço da dívida e cerca de 14% dos gastos exigidos pela área de saúde .

A análise dos Resultados Orçamentário e Primário, presentes no item III, quanto à Receita considera valores líquidos, ou seja, desconsiderada a parcela repassada aos Municípios e ao FUNDEB.

As receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.798,94 milhões, variação negativa de 34,0% frente ao mesmo período de 2015. Observa-se que a variação negativa ocorreu na Receita de Participações Especiais (- 49,5%; - R\$ 1.478,61 milhões) e de Royalties (- 14,0%; - R\$ 322,77 milhões), influenciadas, segundo dados da ANP, basicamente, pela redução da produção e do preço do *brent* no período.

As despesas do ERJ para o exercício 2016 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 75,77 bilhões, uma redução de R\$ 2,57 bilhões (-3,3%) frente à Lei Orçamentária 2015, desconsideradas as despesas intraorçamentárias.

No ano, a dotação alcançou R\$ 83,47 bilhões, uma expansão orçamentária de R\$ 7,70 bilhões (+10,2%) frente autorização inicial. Contudo, diante do contexto de incertezas econômicas e frustração da capacidade arrecadatória, R\$ 15,95 bilhões permaneceram contingenciados, valor equivalente a 19,1% do orçamento.

Esta expansão orçamentária foi provida pela abertura de créditos adicionais: R\$ 2,19 bilhões por meio de Operações de Crédito e R\$ 2,54 bilhões por meio de Transferência (Auxílio Financeiro). O maior acréscimo foi registrado na função Previdenciária (R\$ 8,94 bilhões) praticamente assegurados com recursos do Tesouro. A função apresentou aumento de 50,6% em seu orçamento original. Na área do Transporte Público, o orçamento foi suplementado em R\$ 712,03 milhões.

Em relação à execução, foram liquidados R\$ 50,13 bilhões no Poder Executivo e R\$ 6,33 bilhões nos Outros Poderes, totalizando R\$ 56,46 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 9,3% menor que o verificado no mesmo período de 2015.

As Despesas Correntes do ERJ liquidadas em 2016 indicaram queda de 0,3% ante 2015. Foram R\$ 51,94 bilhões de despesas executadas. O grupo Outras Despesas Correntes apresentou R\$ 29,25 bilhões em despesas liquidadas, aumento de 0,5% frente os dados do mesmo período de 2015. Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 2,54 bilhão, redução de 62,2% ante 2015.

No aspecto dos índices constitucionais, quase todos os índices sofreram quedas quando comparados aos indicadores do último exercício. A restrição financeira, naturalmente levou o Estado a reduzir o ritmo de execução orçamentária.

EXECUTIVE SUMMARY

The State of Rio de Janeiro closed until the third quarter of 2016, with accumulated total revenues of R\$ 65,365.97 million, falling below the target set for the period of 12.8%. The result reflects the economic, fiscal and political crisis that affects the State of Rio de Janeiro, with negative implications on tax collection and, consequently, the capacity to pay its obligations.

The accumulated Current revenues decreased by 7.6% (- R\$ 5,278.54 million), with Tax revenues (- R\$ 2,926.28 million) as the main influencing factor. The main tax, ICMS, decreased by R\$ 883.44 million (- 2.8%) compared to the same accumulated period of 2015.

Capital revenues were below the expected target for the period in 2016, with a decrease of 77.8% in the period, due to the negative variation of all its component revenues. The credit operations (- R\$ 3,947.42 million) and amortization revenue (- R\$ 1,056.12 million) variation, were the main influencers of non-compliance with the accumulated target.

The budget balance, up to the third quarter, closed with a deficit of R\$ R\$ 9,781.83 million, result that considers only the net revenues, that is, discounted from the transfers to the municipalities and FUNDEB. Current revenues and current expenses reached R\$ 46,298.70 million and R\$ R\$ 51,937.03 million respectively, leading to a current deficit of R\$ 5,638.33 million, while capital expenditures and capital revenues totaling R\$ 4,522.81 million and R\$ 1.227,88 million respectively, leading to a capital deficit of R\$ 3,294.93 million.

The public accounts of Rio de Janeiro had a cumulative primary deficit of R\$ 5,966.83 million, however with a positive variation of 27.3% in relation to 2015, given the prevalence of primary or non-financial expenses in relation to primary revenues in 2016. This apparent improvement is not true. The prevalence of primary expenditures does not record the reality of expenditures, since expenditures for 2016 will be borne by the 2017 budget, including part of December and thirteenth salary personnel expenses, part of the debt service and about 14% of the expenditures required by the health area.

The analysis of the Budget and Primary Results, presented in item III, regarding Revenue considers net values, that is, disregarded the portion passed to the Municipalities and FUNDEB.

Petroleum revenues reached R \$ 1,798.94 million, a negative variation of 34.0% over the same period in 2015. The negative variation occurred in the Revenue from Special Participations (- 49.5%, - R \$ 1,478 , 61 million) and Royalties (- 14.0% - R \$ 322.77 million), influenced, according to ANP data, basically by the reduction of production and the price of Brent in the period.

For the year 2016, the public expenditures were fixed in R\$ 75.8 billion. The State Budget Law showed a decrease (-3.3%) when compared to 2015 Budget Law.

In the year, the authorized expenditure reached R\$ 83.47 billion, a budgetary expansion of R\$ 7.70 billion (+10.2%). However, R\$ 15.95 billion remained contingent (19.1% of the authorized Law).

This budgetary expansion was driven by additional credits in the law, of which, the largest one took place in Social Security (R\$ 8.94 billion). In the Public Transport area, the budget was supplemented by R\$ 712.03 million.

In 2016, the execution flow registered R\$ 50.13 billion (liquidated expenditures by the Executive Branch) and R\$ 6.33 billion by Other Branches, totaling R\$ 56.46 billion. The intrabudgetary expenditures and independent public companies (CEDAE and Official Press) were excluded of this analysis. This amount is 9.3% lower than 2015 (at same period).

This year, the Current Expenditure executed R\$ 51.94 billion. An decrease rate of 0.3% when compared to 2015. Other Current Expenditures showed R\$ 29.25 billion of expenditure executed, an increase rate of 0.5%. The resources allocated in Investment and Financial Investments reached R\$ 2.54 billion, a decrease rate of 62.2% compared to 2015.

In the aspect of the constitutional indexes, almost all of them showed decreases when compared to the same period of the last year. The financial restriction obliges the State to reduce the rhythm (Treasure capacity) of Budget Law.

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The (preview) GDP report of the Euro Zone showed a very positive result for the last quarter of 2016, increasing 0.5% over the third quarter and almost 2% over the same period of the previous year. This recovery process was initiated at the beginning of 2014, when the annual variation was below 1%. After a few years, the percentage is almost twice that observed at a time of greater uncertainty.

Although the national accounts are not yet detailed, some indicators suggest that domestic demand has been an important factor driving the positive outcome. Be it the retail or capital goods data (investment previous indicator), the advance is around 2% in annualized terms – rhythm above the aggregate result.

Despite being positive, these indicators, and others such as consumer expectations and favorable credit conditions, present great uncertainty due to the new political momentum experienced by the United States and Europe itself, given that some countries are experiencing fiscal difficulties on the eve of elections and others do not have a favorable financial situation. It is possible to think, therefore, that the current growth rate of the Euro Zone does not hold. Not a worrying scenario, since it would fall to its potential growth around 1%.

About the US, it can be expect some impact on inflation due to the possibilities of economic policies and a consequent acceleration of the increase of interest, which would cause discomfort in the rest of the world, especially in emerging countries in greater difficulties, as is the case in Brazil.

The favorable component comes from China, which is managing to stabilize its economic activity, good news considering so many political uncertainties in the world. But unfortunately, it cannot be celebrated, as aggressive stimulus policy is coming to an end, and structural problems, such as low productivity, high inventories, and great idle capacity, still persist. In other words, it is possible that we will soon have a convergence of adverse factors in the world that could cause the Global GDP to suffer more than expected by some international entities.

In Brazil, the year 2016 was characterized, as in 2015, by the general fall in economic activity. That is, between January and December, there was a decrease in 'Services' (-5.0%), 'Industry' (-6.6%) and 'Extended retail trade' (-8.7%).

In the industry, only 'Manufacture of food products' (+0.6%), 'Manufacture of wood products' (+1.6%) and 'Manufacture of pulp, paper and paper products' (+2.5%) recorded positive results in 2016. All other segments of the manufacturing industry varied negatively in the year, with highlights for 'Machinery and equipment manufacturing' (-11.8%), 'Manufacture of motor vehicles, trailers and bodies' (-11.4%) and 'Manufacture of computer equipment, electronic and optical products' (-14.8%). The national 'Oil and Mining' industry, which had registered a positive change in 2015 (+3.9%), ended 2016 with a fall of -9.5%.

¹ This analysis uses data available to October 24, 2016.

In the extended retail trade, all segments showed a negative change in 2016. The highlights were 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' (-14.0%), 'Furniture and household appliances' (-12.6%), and 'Construction material' (-10.7%).

In Services, highlights for 'Transport, ancillary services to transport and mail' (-7.6%) and 'Services provided to families' (-4.3%). Because it is the most representative sector of the national economy, the difficulties faced in the labor market must slow the return of its growth.

Even with a very bad scenario for the year, industry (mining and manufacturing) and the expanded retail trade showed 'less negative' results in the last three months of 2016, indicating that some sectors are already recovering and should register better Results in 2017. Analyzing the indicators only in the last quarter of 2016, it is possible to see positive results, both in the extractive industry (+0.5%), with less significant decreases than in previous months, and in the manufacturing industry (-3.7%), with emphasis on 'Manufacturing motor vehicles, trailers and bodies' (+7.5%); and in the expanded retail trade (-7.3%), a result that also improved compared to previous months.

GDP in 2016 decreased by 3.6%. For 2017, there is still divergence among analysts about the recovery of the main sectors of economic activity. In February, the IBRE/FGV estimated an increase of 0.4% for GDP in 2017, while the Focus Bulletin (10/03/2017) expects a rise of 0.48%. However, with the improvement expected in retail starting in March (according to the IDV), especially considering the release of the FGTS inactive accounts, the improvement already observed in some industrial segments (such as vehicle manufacturing), the FGV industry's confidence indicator and the falling inflation in recent months (more pronounced than expected by the market), forecasts have moderate/strong upward bias, and should be revised upwards and more intensively the sooner the adjustment reforms are made (social security and limiting public spending on inflation in the previous year), already signaled.

A relief for the current Brazilian economic situation is the Balance of Trade, which ended 2016 with a significant surplus. The result of the difference between exports and imports amounted to almost US\$ 50 billion, which represents the largest number of the entire historical series of the indicator. Undoubtedly, in the aggregate, the information is excellent. However, the 20% drop in imports was the main contributor to the significant figure, as exports dropped by 3% on the same basis of comparison. When we look at the year 2016 specifically for commodities and divide the period into two parts, we find that price acceleration was more concentrated in the second half, as was the deceleration of the quantum shipped. It can be said that the second half of last year concentrated the best and the worst of each of the influencers of the final result. The case of manufactured goods is not very different. The exchange rate impact, given the devaluation observed throughout 2016, was important and, as well as the market expansion by regularization of trade agreements with South American countries, will not influence the outcome in 2017. Thus, given the fact that there must be some economic recovery that tends to increase imports, this year should not be a favorable period for the Balance of Trade, as it was 2016.

As for inflation, the IPCA in December (+0.30%) was the lowest for the month since 2008 (+0.28%), although above the rate recorded in November (+0.18%). The highlights for the month were Food and Beverages (+0.08%) and Transportation (+1.11%), which together accounted for 73% of the total index in the month. In the year, the general index varied by 6.29% (+10.67% in 2015), below market expectations

due to strong reductions in the last months of 2016. With income and the labor market still very affected in 2017, market expectations are for continuity in falling prices, and the IPCA is expected to close the year below the center of the target according to the Focus Bulletin (+4.19%).

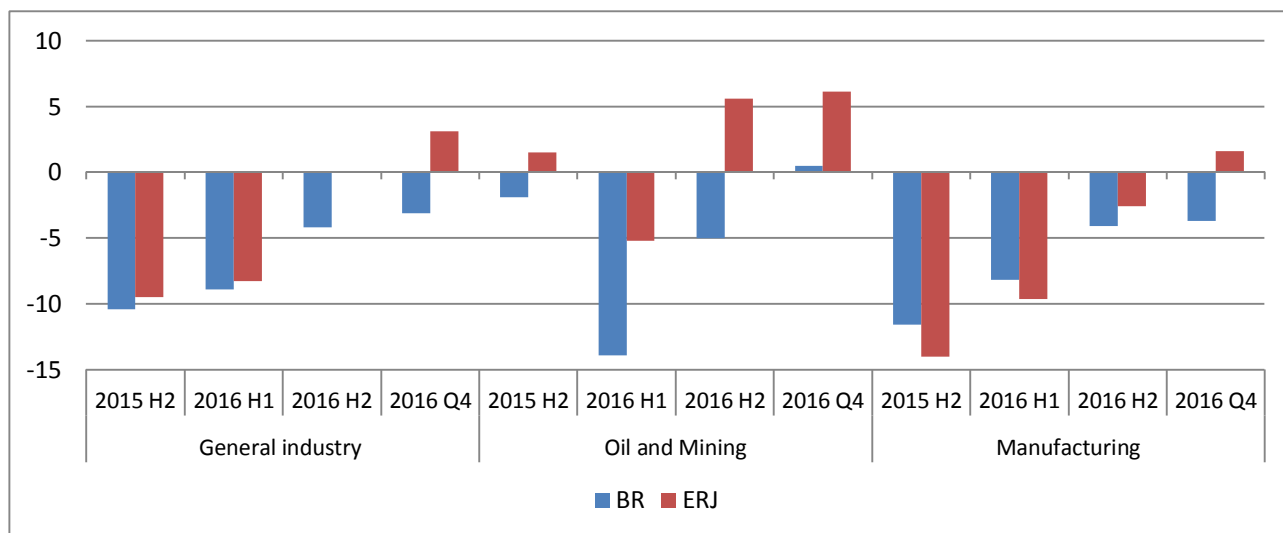
In the last quarter of 2016, the unemployment rate in Brazil (12.0%) was stable in relation to the third quarter of 2016 (11.8%) and grew by 3.1 percentage points over the fourth quarter of 2016 (9.0%). It was the highest rate in the series, started in 2012. The unemployed population in Brazil (12.3 million people) grew by 2.7% over the quarter of July to September 2016 (12.0 million) and increased by 36.0% (or more 3.3 million people) compared to the same quarter of 2015. According to CAGED, 1.4 million jobs were closed in 2016 (1.6 million jobs closed in 2015). It was the first time, since the beginning of the historical series in 2002, that there were two consecutive years of net layoffs in the annual accumulated balance. Negative highlights for Construction and Services, which together accounted for 58% of total jobs lost in 2016.

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

As in Brazil, economic activity in the state of Rio de Janeiro was marked by a generalized (and strong) decline in 2016, especially in the first half of the year. General industry fell by 4.1% in 2016, with emphasis on 'Manufacturing' (-6.2%); the service sector registered a decrease of 6.2%, with emphasis on 'Other services' (-14.7%); and the expanded retail trade decreased by 11.3%, the largest drop among the major sectors, with emphasis on 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' (-18.4%).

After a very bad 1st semester, with significant decreases, in some cases higher than the national average (as in retail trade and manufacturing), there was a substantial improvement in the second half, mainly in the last three months of the year, in some segments of Manufacturing Industry (with emphasis on metallurgy and vehicle manufacturing) and in Oil and Mining. As can be seen in the graph below, the industrial segments recorded a better result than the national data in the fourth quarter of 2016:

Graphic 1 – Variation in volume in the semester over the same in the previous year (%).

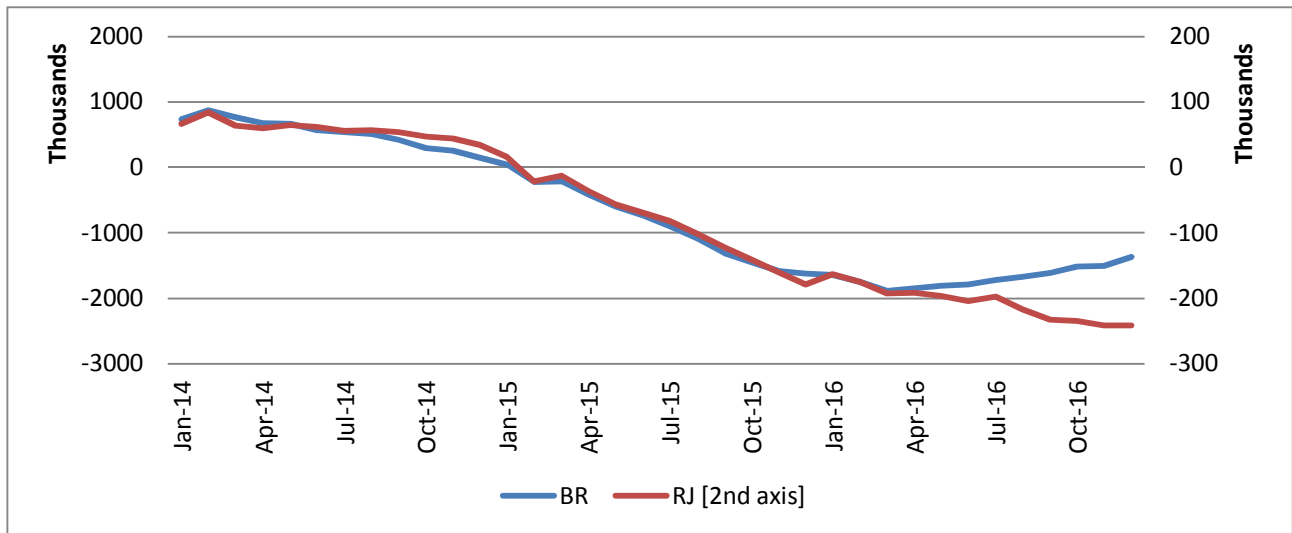


Source: PIM/IBGE.

Although not showing positive results in the last quarter of 2016, some segments of the expanded retail trade are already showing signs of a reversal of trend, registering declining drops over the last months, as has been happening with 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' and 'Building material'.

On the other hand, the services sector not only shows no signs of a reversal of the trend towards 2017, but registered even bigger falls in the second half of 2016, both in Brazil and in the ERJ (with more strength in the latter). Very representative in terms of value added and employment in Brazil (36% of registered workers in 2015 according to RAIS), it is even more intense in employment in the ERJ (45% of registered workers in 2015). According to CAGED, the services sector accounted for 31% of the total net layoffs in Brazil in 2016, while in the ERJ this percentage reached 46%, greatly influenced by the deepening of the crisis in the second half of the year, when it registered a decrease of 8.7% in the state (-5.2% in Brazil). The graph below shows the impact of this strongest fall in the state as of the second semester:

Graphic 2 – Jobs generated with a formal contract (net): Accumulated in 12 months.



Source: CAGED/MTE.

I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico².

O relatório do PIB (prévia) da Zona do Euro apresentou resultado bastante positivo para o último trimestre de 2016, com o incremento de 0,5% frente ao terceiro trimestre e de quase 2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este processo de recuperação foi iniciado no início de 2014, quando a variação anual situava-se abaixo de 1%. Passados alguns anos, o percentual já é quase o dobro daquele observado em um momento de maior incerteza.

Apesar de ainda não haver o detalhamento das contas nacionais, alguns indicadores sugerem que a demanda interna tem sido um importante fator propulsor do resultado positivo. Seja o dado do varejo ou bens de capital (indicador antecedente de investimento), o avanço encontra-se em torno de 2% em termos anualizados – ritmo acima do resultado agregado.

Ainda que de positivos, esses indicadores, e outros, como expectativas do consumidor e condições de crédito favoráveis, apresentam grande incerteza devido ao novo momento político vivido pelos Estados Unidos e pela própria Europa, tendo em vista que alguns países membros estão com dificuldades fiscais às vésperas de eleições e outros com situação financeira não tão favorável. É possível pensar, portanto, que o ritmo de crescimento atual da Zona do Euro não se mantenha. Nada ainda preocupante dado que cairia para o seu crescimento potencial em torno de 1%.

Em relação aos EUA, pode-se esperar algum impacto sobre a inflação diante das possibilidades de atuação no campo econômico e uma conseqüente aceleração da elevação dos juros, o que causaria um desconforto no resto do mundo, principalmente nos emergentes em maiores dificuldades, como é caso do Brasil.

O componente favorável vem da China, que está conseguindo estabilizar sua atividade econômica, uma boa notícia diante de tantas incertezas políticas no mundo. Mas, infelizmente, não se pode comemorar, visto que a política agressiva de estímulos está chegando ao fim e problemas estruturais, como baixa produtividade, estoques elevados e grande capacidade ociosa, ainda persistem. Ou seja, é possível que tenhamos em breve no mundo uma convergência de fatores adversos que possam fazer com que o PIB Global sofra mais que o previsto por algumas entidades internacionais.

No Brasil, o ano de 2016 foi caracterizado, assim como em 2015, pela queda generalizada da atividade econômica. Isto é, entre janeiro e dezembro, houve retração em 'Serviços' (-5,0%), 'Indústria' (-6,6%) e 'Comércio varejista ampliado' (-8,7%).

Na indústria, apenas 'Fabricação de produtos alimentícios' (+0,6%), 'Fabricação de produtos de madeira' (+1,6%) e 'Fabricação de celulose, papel e produtos de papel' (+2,5%) registraram resultados positivos em 2016. Todos os outros segmentos da indústria de transformação variaram negativamente no ano, com destaques para 'Fabricação de máquinas e equipamentos' (-11,8%), 'Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias' (-11,4%) e 'Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e

² Esta análise utiliza dados disponíveis até 23/02/2017.

ópticos' (-14,8%). A indústria extrativa nacional, que havia registrado variação positiva em 2015 (+3,9%), terminou 2016 com uma queda de -9,5%.

No comércio varejista ampliado, todos os segmentos apresentaram variação negativa em 2016. Os destaques foram 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-14,0%), 'Móveis e eletrodomésticos' (-12,6%) e 'Material de construção'

(-10,7%).

Em Serviços, destaques para 'Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio' (-7,6%) e 'Serviços prestados às famílias' (-4,3%). Por ser o setor mais representativo da economia nacional, as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho devem retardar a volta do seu crescimento.

Mesmo com um cenário muito ruim para o ano fechado, a indústria (extrativa e transformação) e o comércio varejista ampliado apresentaram resultados "menos negativos" nos últimos três meses de 2016, o que indica que alguns setores já estão se recuperando e devem registrar melhores resultados em 2017. Analisando os indicadores apenas no último trimestre de 2016, é possível verificar resultados positivos, tanto na indústria extrativa (+0,5%), com quedas menos significativas que em meses anteriores, como na indústria de transformação (-3,7%), com destaque para fabricação de 'Veículos automotores, reboques e carrocerias' (+7,5%); e no comércio varejista ampliado (-7,3%), resultado que também melhorou na comparação com meses anteriores.

O PIB em 2016 apresentou queda de 3,6%. Para 2017, ainda há divergência entre os analistas sobre a recuperação dos principais setores de atividade econômica. Em fevereiro, o IBRE/FGV estimou aumento de 0,4% para o PIB em 2017, ao passo que o Boletim Focus (10/03/2017) espera uma alta de 0,48%. No entanto, com a melhora prevista para o varejo já a partir de março (de acordo com o IDV), principalmente se considerada a liberação das contas inativas do FGTS, a melhora já observada em alguns segmentos industriais (como na fabricação de veículos), do indicador de confiança da indústria da FGV e queda da inflação nos últimos meses (mais acentuada que a prevista pelo mercado), as previsões estão com moderado/forte viés de alta, e devem ser revistas para cima e com mais intensidade quanto mais rapidamente forem feitas as reformas de ajuste (previdência e limitação dos gastos públicos pela inflação do ano anterior), já sinalizadas.

Um alívio para a situação econômica brasileira atual é a balança comercial, que encerrou o ano de 2016 com superávit bastante significativo. O resultado da diferença entre exportações e importações somou quase US\$ 50 bilhões, o que representa o maior número de toda a série histórica do indicador. Sem dúvida, no agregado, a informação é excelente. Entretanto, a queda de 20% das importações foi o que mais contribuiu para o dado tão expressivo, visto que as exportações apresentaram queda de 3% na mesma base de comparação. Quando observamos o ano de 2016 especificamente para as commodities e dividimos o período em duas partes identificamos que a aceleração dos preços foi mais concentrada no segundo semestre, assim como a desaceleração do quantum embarcado. Podemos dizer que a segunda metade do ano passado concentrou o melhor e o pior de cada um dos influenciadores do resultado final. O caso dos manufaturados não é muito diferente. O impacto cambial, dada a desvalorização observada ao longo de 2016, foi importante e, assim como a ampliação de mercado pela regularização de acordos

comerciais com países da América do Sul, não serão variáveis com influência no resultado de 2017. Assim, pelo exposto, e dado que deve haver certa recuperação econômica que tende a elevar as importações, não deve ser este ano um período tão favorável para o saldo comercial como foi 2016.

Quanto à inflação, o IPCA de dezembro (+0,30%) foi o mais baixo para o mês desde 2008 (+0,28%), apesar de acima da taxa registrada em novembro (+0,18%). Os destaques para o mês foram Alimentação e Bebidas (+0,08%) e Transportes (+1,11%), que juntos representaram 73% do total do índice no mês. No ano, o índice geral variou 6,29% (+10,67% em 2015), abaixo das expectativas de mercado em função das fortes reduções nos últimos meses de 2016. Com a renda e o mercado de trabalho ainda muito afetados em 2017, as expectativas de mercado atuam no sentido de continuidade de queda dos preços, e o IPCA deve fechar o ano abaixo do centro da meta de acordo com o Boletim Focus (+4,19%).

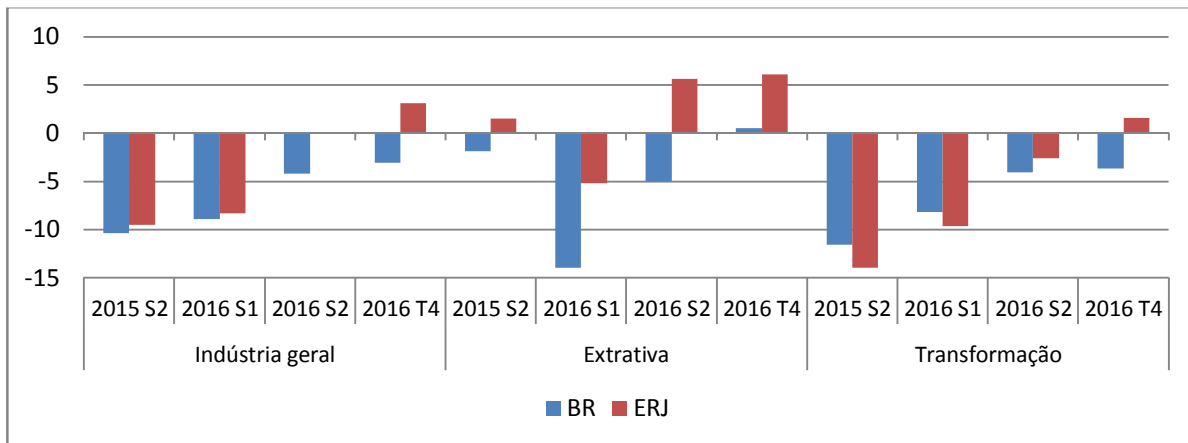
No último trimestre de 2016, a taxa de desocupação no Brasil (12,0%) ficou estável em relação ao 3º trimestre de 2016 (11,8%) e cresceu 3,1 pontos percentuais em relação ao 4º trimestre de 2016 (9,0%). Foi a maior taxa da série, iniciada em 2012. A população desocupada no Brasil (12,3 milhões de pessoas) apresentou crescimento de 2,7% frente ao trimestre de julho a setembro de 2016 (12,0 milhões) e aumentou 36,0% (ou mais 3,3 milhões de pessoas) em relação ao mesmo trimestre de 2015. Segundo o CAGED, foram fechadas 1,4 milhão de vagas com carteira em 2016 (1,6 milhões de postos fechados em 2015). Foi a primeira vez, desde o início da série histórica em 2002, que houve dois anos seguidos de demissões líquidas no saldo acumulado anual. Destaques negativos para a construção civil e serviços, que juntos corresponderam a 58% do total de postos de trabalho perdidos em 2016.

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Assim como no Brasil, a atividade econômica fluminense foi marcada pela queda generalizada (e forte) em 2016, principalmente no 1º semestre. A indústria geral caiu 4,1% em 2016, com destaque para a 'Indústria de transformação' (-6,2%); o setor de serviços registrou queda de 6,2%, com destaque para 'Outros serviços' (-14,7%); e o comércio varejista ampliado decresceu 11,3%, a maior queda entre os grandes setores, com destaque para 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-18,4%).

Depois de um 1º semestre muito ruim, com quedas expressivas, em alguns casos superiores à média nacional (como em comércio e indústria de transformação), houve melhora substancial a partir do 2º semestre, principalmente nos últimos três meses do ano, em alguns segmentos de atividade, como na indústria de transformação (com destaque para metalurgia e fabricação de veículos) e na indústria extrativa. Como podemos observar no gráfico abaixo, os segmentos industriais registraram resultado melhor em relação ao dado nacional no 4º trimestre de 2016:

Gráfico 1- Variação em volume no semestre ante o mesmo do ano anterior (%).

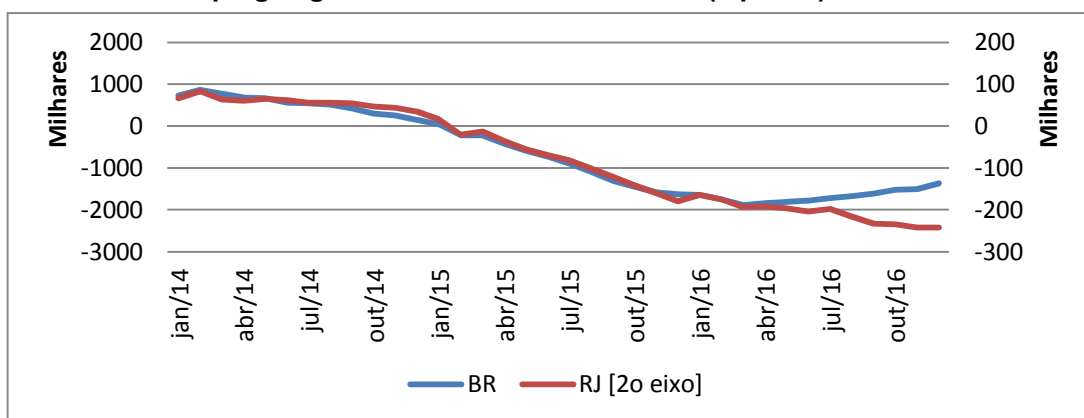


Fonte: PIM/IBGE.

Mesmo não apresentando resultados positivos no último trimestre de 2016, alguns segmentos do comércio varejista ampliado já estão dando sinais de reversão de tendência, registrando quedas cada vez menores ao longo dos últimos meses, como vem acontecendo com 'Veículos, motocicletas, partes e peças' e 'Material de construção'.

Em contrapartida, o setor de serviços não só não apresenta sinais de reversão de tendência para 2017, como registrou quedas ainda maiores no 2º semestre de 2016, tanto no Brasil quanto no ERJ (com mais força no último). Muito representativo em termos de valor agregado e emprego no Brasil (36% dos empregos formais em 2015 de acordo com a RAIS), é ainda mais intenso em emprego no ERJ (45% dos empregos formais em 2015). De acordo com o CAGED, o setor de serviços representou 31% do total de demissões líquidas no Brasil em 2016, ao passo que no ERJ esse percentual chegou a 46%, muito influenciado pelo aprofundamento da crise no 2º semestre, quando registrou queda de 8,7% no estado (-5,2% no Brasil). O gráfico abaixo permite visualizar o impacto desta queda mais forte no estado a partir do 2º semestre:

Gráfico 2- Empregos gerados com carteira assinada (líquidos): acumulado em 12



Fonte: CAGED/MTE.

II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2016, divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ Nº 974 de 16 fevereiro de 2016, demonstradas na Tabela 1, a seguir, considera a Receita Bruta arrecadada no exercício, aí incluídos os valores de transferências aos Municípios e ao FUNDEB, que requereram R\$ 17.580,66 milhões em 2016.

- Receita Total Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 20.717,34 milhões / 80,4% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 65.365,97 milhões / 87,2% da meta realizada.

Tabela 1

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2016.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2016	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2016	% REALIZADO SOBRE A META DO MÊS	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2016	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2016	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	23.429,53	20.562,67	87,8%	69.416,36	64.137,82	92,4%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	2.334,00	154,67	6,6%	5.531,88	1.228,15	22,2%
TOTAL	25.763,53	20.717,34	80,4%	74.948,23	65.365,97	87,2%

* Retirado o efeito do Auxílio Financeiro - Medida Provisória 734/2016

Fonte: SIAFERIO - 13/02/2016.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes³ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital⁴ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A crise econômica, fiscal e política que assola o Estado do Rio de Janeiro, desde os findos de 2014, não guarda precedente na história

A receita total realizada, no 3º quadrimestre de 2016 atingiu 80,4% da meta e somou o montante de \$ 20.717,34 milhões.

³ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

⁴ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

e ensejou um processo desestabilizador na sociedade fluminense, sobretudo no ano de 2016, objeto de análise deste Boletim, com efeitos desastrosos para arrecadação.

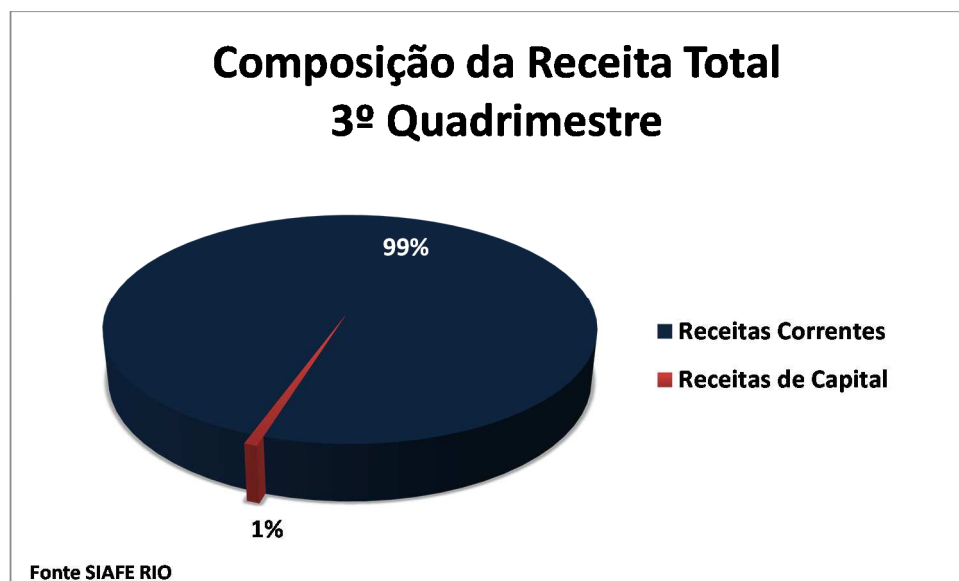
Para não distorcer a análise do cumprimento das metas no ano, os valores apresentados na Tabela 1 não incluem o Auxílio Financeiro concedido pela União para despesas com Segurança durante a realização das Olimpíadas, no valor de R\$ 2.900,00 milhões.

A Receita Realizada, no 3º quadrimestre de 2016, atingiu o montante de R\$ 20.717,34 milhões, abaixo a meta estipulada para o período em 19,6% em R\$ 5.046,19 milhões.

As Receitas Correntes não apresentaram um bom desempenho e totalizaram R\$ 20.562,67 milhões, 87,8% do previsto. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV.

O desempenho das Receitas de Capital foi ainda mais fraco, no período a arrecadação atingiu R\$ 154,67 milhões, apenas 6,6% da meta prevista.

Gráfico 3



No acumulado, em 2016, a Receita Total Realizada alcançou 87,2% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 65.365,97 milhões. As Receitas Correntes atingiram 92,4% da meta prevista no ano ou, em valores absolutos, R\$ 64.137,92 milhão. Já as Receitas de Capital totalizaram R\$ 1.228,15, o que corresponde a 22,2% da meta estabelecida para o período.

- Receita Corrente Realizada

Quadrimestre: R\$ 20.562,67 milhões / 87,8% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 64.137,82 milhões / 92,4% da meta realizada.

Tabela 2

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2016	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2016	% REALIZADO SOBRE A META DO MÊS	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2016	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2016	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	23.429,53	20.562,67	87,8%	69.416,36	64.137,82	92,4%
TRIBUTÁRIA	15.934,54	14.228,60	89,3%	47.874,18	44.947,90	93,9%
CONTRIBUIÇÕES	827,73	842,37	101,8%	2.169,36	1.873,25	86,4%
PATRIMONIAL	1.310,02	1.257,44	96,0%	4.515,40	4.663,17	103,3%
AGROPECUÁRIA	0,20	0,01	4,2%	0,63	0,02	3,7%
INDUSTRIAL	62,12	82,96	133,5%	186,36	143,95	77,2%
SERVIÇOS	195,86	108,50	55,4%	599,63	350,39	58,4%
TRANSF. CORRENTES*	2.311,27	2.394,56	103,6%	6.811,95	6.601,54	96,9%
OUTRAS	1.239,93	525,69	42,4%	3.126,27	2.399,14	76,7%
INTRAORÇAMENTÁRIA	1.547,87	1.122,55	72,5%	4.132,58	3.158,45	76,4%

* Retirado o efeito do Auxílio Financeiro - Medida Provisória 734/2016

Fonte: SIAFERIO - 13/02/2016.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem⁵:

a) Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

b) Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

c) Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.

d) Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como

A receita corrente alcançou, no 3º quadrimestre de 2016, o valor de R\$ 20.562,67 milhões.

⁵ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

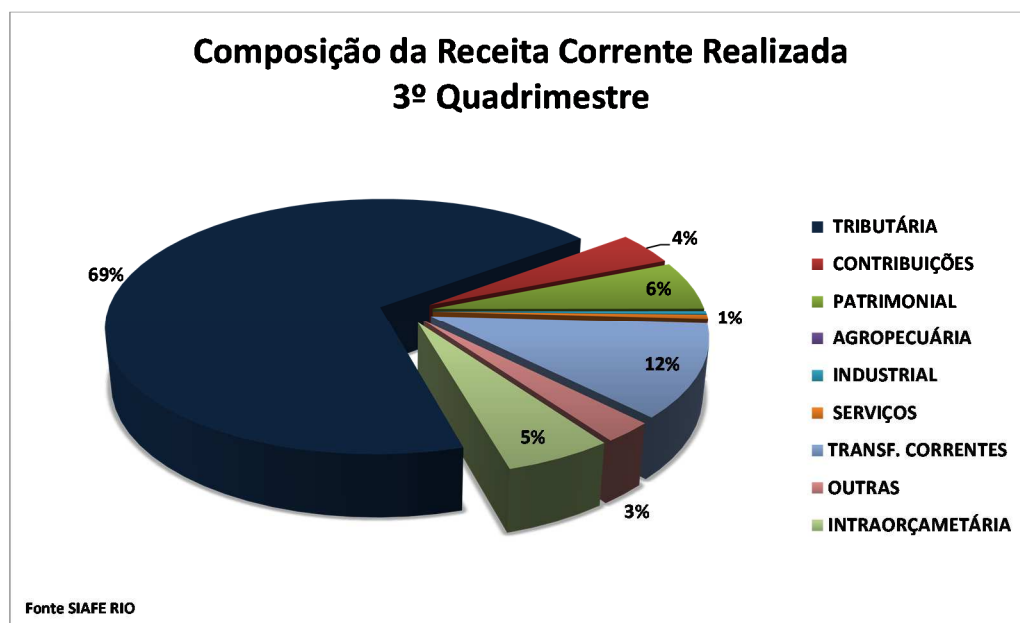
f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.

g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

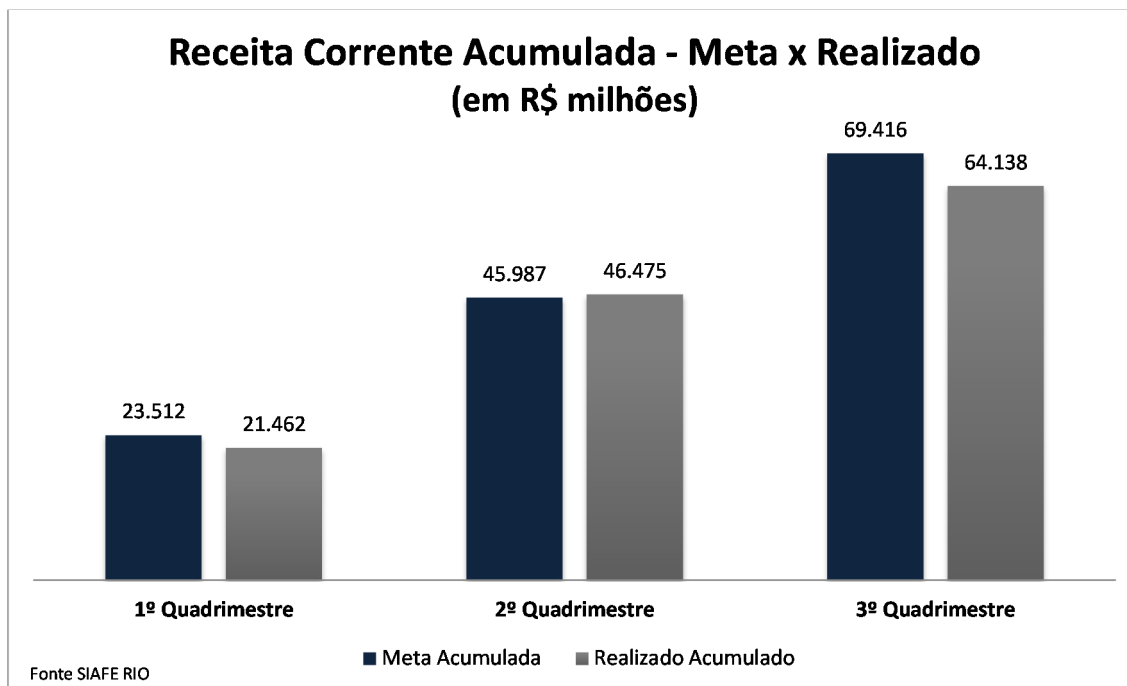
Como já citado na introdução deste item do Boletim, as Receitas Correntes, no totalizaram, no quadrimestre, R\$ 20.562,67 milhões, 87,8% da meta estipulada para o período, por conta basicamente do desempenho das Receitas Tributárias, que refletindo os efeitos da crise econômica nacional, arrecadou 89,3% da meta, R\$ 14.228,60 milhões.

Gráfico 4



No ano, as Receitas Correntes totalizaram R\$ 64.137,82 milhões ou 92,4% da meta estipulada. Nessas estão incluídas as Receitas Tributárias, que totalizaram R\$ 44.947,90 - 93,9% da meta para o período.

Gráfico 5



- Receita de Capital Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 154,67 milhões / 6,6% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 1.228,15 milhões / 22,2% da meta realizada.

Tabela 3

METAS DE ARRECAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2016.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (SET - DEZ) 2016	RECEITA REALIZADA (SET - DEZ) 2016	% REALIZADO SOBRE A META DO MÊS	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2016	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2016	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	2.334,00	154,67	6,6%	5.531,88	1.228,15	22,2%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.111,96	71,30	6,4%	2.781,55	1.047,45	37,7%
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	16,25	1,6%	2.000,04	27,89	1,4%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	94,47	42,08	44,5%	281,95	94,23	33,4%
TRANSF. CAPITAL	126,82	25,01	19,7%	466,49	58,30	12,5%
OUTRAS	0,75	0,00	0,0%	1,85	0,01	0,3%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,03	0,0%	0,00	0,27	0,0%

* Retirado o efeito do Auxílio Financeiro - Medida Provisória 734/2016

Fonte: SIAFERIO - 13/02/2016.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

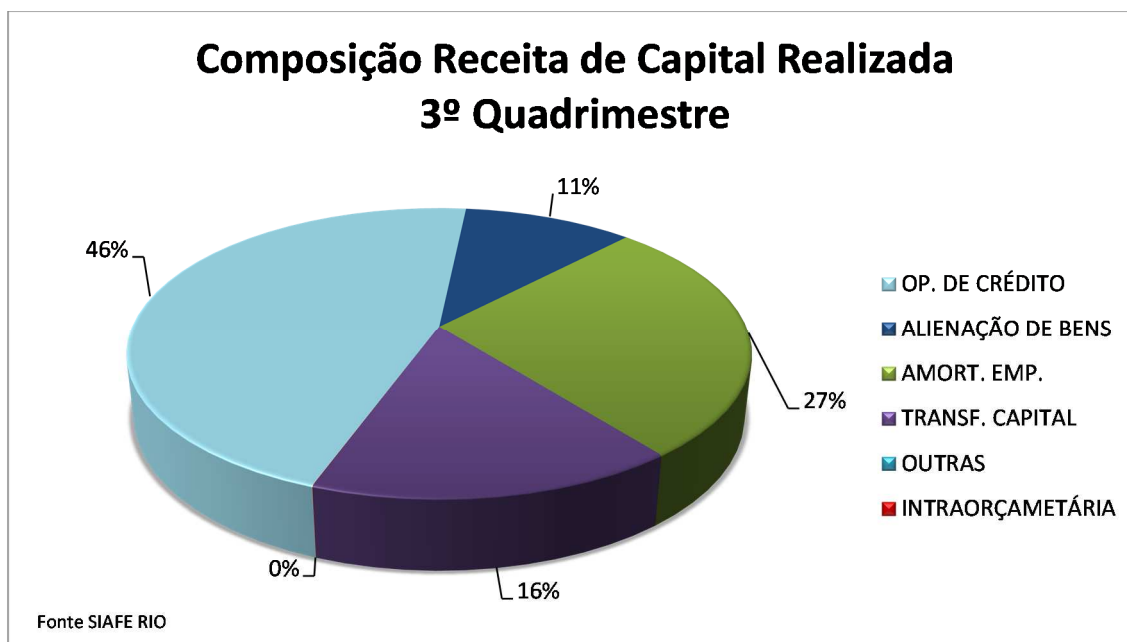
De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem⁶:

- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

⁶ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 6



No 3º quadrimestre de 2016, as Receitas de Capital realizaram 6,6% da meta estimada para o período. Em valores absolutos representam R\$ 154,67 milhões.

As Receitas de Operações de Crédito realizaram somente R\$ 71,30 milhões, 6,4% da meta, consequência da grave crise econômica do país com fortes reflexos na economia fluminense.

Os resultados fiscais divulgados no Relatório de Gestão Fiscal - RGF - do 2º quadrimestre impuseram a adoção de medidas para reconduzir a Dívida Consolidada do Estado ao limite da Receita Corrente Líquida estabelecido pelo Senado Federal. Em atenção ao disposto no Decreto 45.785, de 05 de outubro de 2016, o ERJ foi compelido a reduzir o ritmo da execução dos investimentos e, consequentemente, os desembolsos das operações de crédito já contratadas.

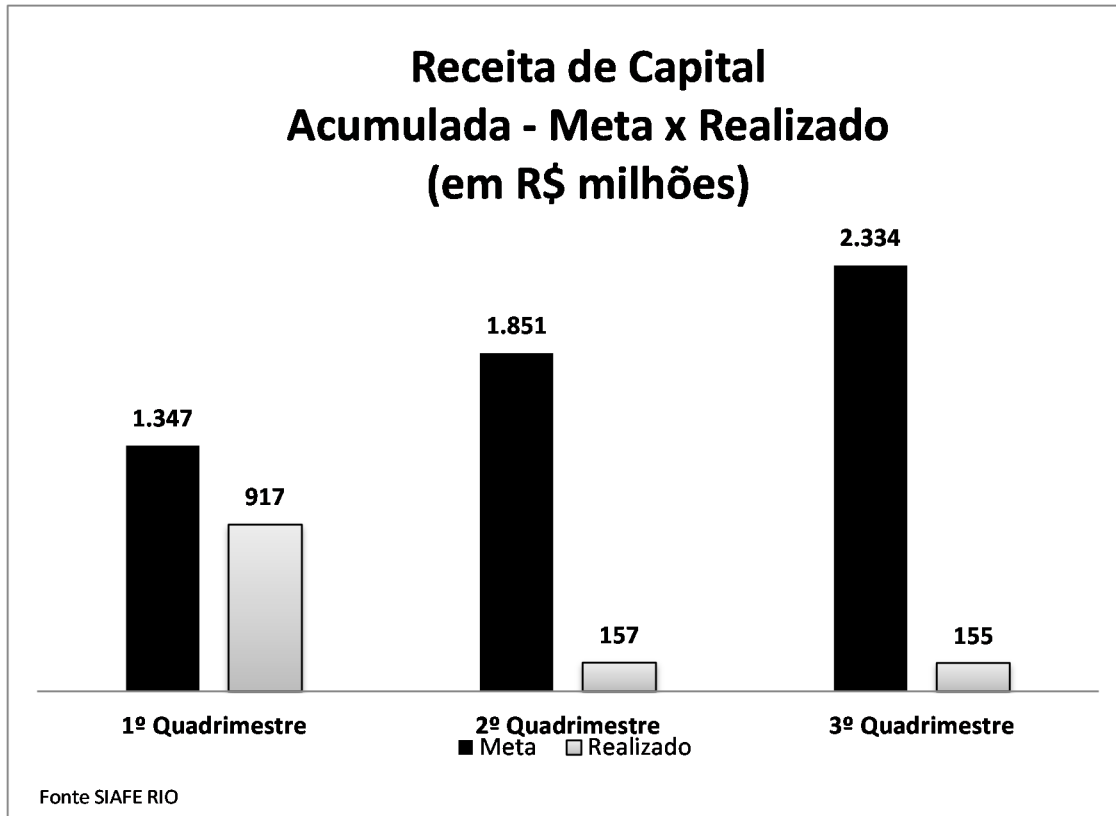
Em Alienação de Bens, a Receita alcançou R\$ 16,25 milhões, 1,6% da meta estabelecida, uma vez que o processo de securitização da dívida ativa continua pendente de pronunciamento do Tribunal de Contas da União. As Transferências de Capital efetuadas pelo Governo Federal, através de convênios para objetivos específicos, atingiram R\$ 25,01 milhões - 19,7% da meta fixada, por conta da

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 154,67 milhões no 3º quadrimestre 2016, o que representa 6,6% da meta proposta.

irregularidade nos repasses pelo Governo Federal que também vem enfrentando dificuldades financeiras.

O resultado acumulado no ano totalizou R\$ 1.228,15 milhões - 22,2% da meta prevista para o exercício. Informações mais detalhadas estão comentadas na seção IV.II deste Boletim.

Gráfico 7



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 53,34 bilhões / 93,3%⁷

Em 2016 o orçamento autorizado foi suplementado em R\$ 7,70 bilhões⁸, um aumento de 10,2% em relação à despesa autorizada pelo Legislativo. Tal variação, em parte, ocorreu em razão de mudanças orçamentárias tais como incorporação de superávit financeiro de convênios e contratação de operações de crédito. Contudo, do orçamento autorizado (R\$ 75,77 bilhões), R\$ 15,95 bilhões permaneceram contingenciados. Ou seja, em 2016, 19,1% do orçamento permaneceu indisponível em virtude do atual quadro econômico do Estado. A Tabela 4 sintetiza tal análise orçamentária.

Cabe ressaltar que os dados referentes às empresas controladas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial) bem como as despesas intra-orçamentárias foram desconsiderados nesta análise.

Ao longo do ano, diversas medidas que visaram um maior ajuste e controle sobre os gastos públicos foram implementadas pelo governo. O contingenciamento orçamentário exemplifica bem essas ações de gestão. Através desse instrumento os técnicos buscam equilibrar as despesas autorizadas com a capacidade de pagamento do Tesouro. Tal medida mostrou-se imprescindível em virtude do fluxo real de ingressos de recursos no Erário, montante inferior ao estimado para o exercício.

A meta de execução em 2016, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 975 de 2016), foi fixada em R\$ 57,16 bilhões. Apesar de todos os desafios enfrentados ao longo do ano, despesa total realizada (R\$ 53,34 bilhões) mostrou-se próxima à estimada: variação negativa de 6,7%, ou seja, uma não execução de R\$ 3,82 bilhões.

Do total pago, uma parcela equivale ao RP (Restos a Pagar) de 2015. Do montante inscrito (estoque de R\$ 6,07 bilhões), 50,0% (R\$ 3,03 bilhões) foram pagos. Esse valor correspondeu a aproximadamente 5,7% do total de despesa executada no ano.

Tabela 4

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
3º QUADRIMESTRE			
DOTAÇÃO	INICIAL	75.766.783.599	-
	ATUAL	83.467.360.731	10,2%
	DISPONÍVEL	67.517.205.490	80,9%
CONTINGENCIADO		15.950.155.241	19,1%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		7.700.577.132	-

Fonte: SIAFE Rio / Flexivision

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

Ao longo do exercício, o ingresso de recursos estabelece o ritmo de desembolso por parte da despesa.

A superação da meta de arrecadação estabelecida possibilita a liberação das despesas represadas. Na contramão, a frustração das receitas previstas sinaliza a necessidade de novos contingenciamentos.

Medidas de ajuste fiscal representam um maior controle sobre o gasto público.

⁷ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

⁸ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

A Tabela 5 sintetiza a execução orçamentária e financeira do período.

Na análise por grupo de despesa, apenas os compromissos pagos no tocante a Investimentos e Inversões Financeiras registraram execução bem abaixo do projetado. Boa parte dessas despesas são financiadas com recursos de operações de crédito, os quais sofreram arrestos e bloqueios financeiros ao longo do exercício, fato que impactou diretamente na sua execução. Nos demais grupos, o ritmo de execução acompanhou a capacidade arrecadatória e o descontingenciamento das dotações autorizadas.

Tabela 5 – Cronograma de Desembolso

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	3º QUADRIMESTRE				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2015 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	22.119	19.744	1.302	21.047	95,2%
OUTRAS DESP. CORRENTES	26.029	23.888	1.053	24.941	95,8%
INVEST /INVERSÕES	5.976	1.968	391	2.359	39,5%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	3.035	4.712	285	4.997	164,6%
TOTAL	57.160	50.312	3.031	53.343	93,3%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 975

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2015.

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais apresentou realização de 95,2% (-R\$ 1,07 bilhão) da meta. Desconsiderando o pagamento com RP no grupo, a função Segurança Pública apresentou o maior percentual de participação no grupo: foram R\$ 6,88 bilhões em despesas executadas no ano. Também merece destaque a função Educação com R\$ 4,14 bilhões de despesas pagas. Juntas, essas funções corresponderam a 55,8% do total pago dentro do grupo.
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes apresentou execução ligeiramente inferior à meta (-4,2%, -R\$ 1,09 bilhão). Os dados do período apontam para uma realização total de R\$ 23,88 bilhões, desconsiderando o RP. Desse montante, R\$ 13,95 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 2,20 bilhões em Saúde, R\$ 1,35 bilhão em Segurança Pública e R\$ 1,14 bilhão em Educação.
- Grupos 2 e 6 - As despesas pagas no grupo Serviço da Dívida (Juros e Encargos somados com a Amortização do principal) contabilizaram R\$ 4,99 bilhões, dos quais R\$ 285 milhões foram gastos com Restos a Pagar de 2015. Em relação à meta, o grupo apresentou elevada execução (+164,6%; +R\$ 1,96 bilhão) muito em função do ajuste orçamentário inicial onde se procurou ajustar/equilibrar o orçamento autorizado em função da previsão de arrecadação para o ano. Dessa forma, a despesa registrada sofreu revisões e ajustes, provocando um desalinhamento natural frente à Meta elaborada no início do ano. Do montante realizado, R\$ 1,56 bilhão (33,2%) foi assegurado com



recursos provenientes de impostos (FR 100) e R\$ R\$ 1,84 bilhão (39,0%) com recursos provenientes de Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos (FR 107).

- Grupos 4 e 5 - A despesa paga no grupo Investimentos e Inversões Financeiras apresentou relevante divergência em relação à meta inicial. Em termos percentuais, o grupo alcançou apenas 39,5% da meta, ou seja, -R\$ 3,62 bilhões. Excluído o pagamento de Restos a Pagar, R\$ 999,75 milhões foram alocados na função Transporte, dos quais, R\$ 746,46 milhões foram assegurados com recursos de Operações de Crédito (FR 111), principal fonte financiadora do grupo. R\$ 239,73 milhões foram alocados na função Urbanismo, R\$ 197,07 milhões na função Gestão Ambiental e R\$ 177,01 milhões na função Saneamento. Juntas, essas funções foram responsáveis por 82,0% do total dos gastos realizados pelo Estado em Investimento e Inversão Financeira.

Por fim, cabe lembrar que as despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

III. Resultados Fiscais⁹

Neste item, o montante da Receita não considera as Transferências aos Municípios e ao FUNDEB, por tratar-se de cumprimento de obrigação constitucional e legal.

A receita segue demonstrada pelo valor líquido com objetivo de evidenciar o financiamento dos gastos do Estado e sua capacidade de cumprir os pagamentos devidos.

III.I Resultado Orçamentário

Quadrimestre: - R\$ 6.767,76 milhões / - 429,6%

Acumulado: - R\$ 9.781,83 milhões / - 145,9%

Tabela 6

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2015 - 2016.

Resultado Orçamentário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN -DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
I. RECEITA TOTAL (A)	21.493,62	15.175,34	-29,4%	61.654,17	50.685,31	-17,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	16.044,69	13.898,13	-13,4%	51.398,59	46.298,70	-9,9%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	4.285,59	154,64	-96,4%	6.770,34	1.227,88	-81,9%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.163,33	1.122,57	-3,5%	3.485,24	3.158,72	-9,4%
II. DESPESA TOTAL (B)	22.771,47	21.943,10	-3,6%	65.631,36	60.467,14	-7,9%
II.1 DESPESA CORRENTE	17.980,46	18.870,39	4,9%	51.812,54	51.937,03	0,2%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	4.164,63	1.447,58	-65,2%	10.093,62	4.522,81	-55,2%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	626,38	1.625,13	159,5%	3.725,21	4.007,30	7,6%
RES. ORÇAMENTÁRIO	-1.277,85	-6.767,76	-429,6%	-3.977,20	-9.781,83	-145,9%

Fonte: RREO - 6º Bimestre de 2016 emitido em 10/02/2017

O resultado orçamentário reflete o balanço orçamentário, relação numérica, entre as receitas e as despesas realizadas, que pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 3º quadrimestre de 2016, foi negativo em R\$ 6.767,76 milhões, - 429,6% em relação ao mesmo período de 2015, refletindo a forte crise que vem acometendo a economia brasileira nos últimos 3 anos.

A receita, no quadrimestre, totalizou R\$ 15.175,34 milhões 29,4% menor quando comparada ao mesmo período do ano de 2015. A despesa, por sua vez, foi de R\$ 21.943,10 milhões, 3,6% menor que o alcançado no ano anterior. Em 2016, as Receitas Correntes realizaram R\$ 46.298,70 milhões, enquanto as Despesas Correntes R\$ 51.937,03 milhões, gerando um déficit corrente de R\$ 5.638,32 milhões. Já as

O resultado orçamentário, no 3º quadrimestre de 2016, foi deficitário em R\$ 6.767,76 milhões.

⁹ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

Receitas de Capital, totalizaram R\$ 1.227,88 milhões enquanto as respectivas Despesas somaram R\$ 4.522,81 milhões, registrando um déficit de capital de R\$ 3.294,93 milhões. Diante desses valores, o resultado orçamentário acumulado no ano atingiu o valor de - R\$ 9.781,83 milhões, com uma variação negativa de - 145,9 % frente ao acumulado do ano de 2015.

III.II Resultado Primário

Quadrimestre: R\$ 3.724,79 milhões / 38,4%

Acumulado: - R\$ 5.966,83 milhão / 27,3%

Tabela 7

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2015-2016

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN -DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
RECEITAS TOTAL	21.493,62	15.175,34	-29,4%	61.654,17	50.685,31	-17,8%
RECEITAS FINANCEIRAS	8.911,48	247,68	-97,2%	11.776,74	1.759,87	-85,1%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.163,33	1.122,57	-3,5%	3.485,24	3.158,72	-9,4%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	11.418,80	13.805,10	20,9%	46.392,18	45.766,72	-1,3%
DESPESAS TOTAL	22.771,47	21.943,10	-3,6%	65.631,36	60.467,14	-7,9%
DESPESAS FINANCEIRAS	4.676,27	2.788,08	-40,4%	7.307,45	4.726,29	-35,3%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	626,38	1.625,13	159,5%	3.725,21	4.007,30	7,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	17.468,82	17.529,89	0,3%	54.598,71	51.733,55	-5,2%
RESULTADO PRIMÁRIO	-6.050,02	-3.724,79	38,4%	-8.206,52	-5.966,83	27,3%

Fonte: RREO - 6º Bimestre de 2016 emitido em 10/02/2017

O Resultado Primário retrata a capacidade de pagamento do Ente para cumprir seus compromissos. É calculado pela diferença entre as receitas não financeiras (não inclui recursos provenientes de operações de crédito, de receitas financeiras e de alienação) e as despesas não financeiras (exclui despesas com o serviço da dívida).

O ERJ obteve um resultado primário negativo de R\$ 3.724,79 milhões no 3º quadrimestre de 2016.

No 3º quadrimestre, o resultado primário foi negativo; a despesa primária foi superior a receita primária em R\$ 3.724,79 milhões. Em relação a 2015, observa-se uma variação positiva de 38,4%, consequência da redução dos investimentos, já comentado anteriormente, item II deste Boletim. As receitas primárias totais atingiram R\$ 13.805,10 milhões, enquanto as despesas primárias R\$ 17.529,89 milhões.

No acumulado do ano, o resultado primário foi deficitário em R\$ 5.966,83 milhões, variação positiva de 27,3% frente a 2015, isto porque a despesa do exercício não foi realizada em sua totalidade. Por conta do déficit financeiro identificado, despesas de competência 2016, correrão a conta do orçamento de 2017, dentre elas, parte das despesas de pessoal de dezembro e décimo terceiro salário, parte do serviço da dívida e cerca de 14% dos gastos exigidos pela área de

saúde. A despeito do Resultado Primário ter sido deficitário, registra-se o esforço fiscal empreendido pelo ERJ para adequar as despesas incompressíveis ao forte declínio das receitas no ano de 2016.

IV. Receita Estadual¹⁰

Quadrimestre: R\$ 20.718,34 milhões / - 24,9%¹¹

Acumulado: R\$ 68.265,97 milhões / - 13,7%

Tabela 8
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2015/2016.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
Total	27.577,54	20.717,34	-24,9%	79.086,90	68.265,97	-13,7%
REC.CORRENTE	22.128,62	19.440,13	-12,1%	68.831,32	63.879,36	-7,2%
REC. CAPITAL	4.285,59	154,64	-96,4%	6.770,34	1.227,88	-81,9%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.163,33	1.122,57	-3,5%	3.485,24	3.158,72	-9,4%

Fonte: SIAFERIO em 06/02/2017.

A Tabela 8 demonstra a Receita Total arrecadada pelo Estado no terceiro quadrimestre de 2016 - R\$ 20.717,34 milhões, queda de R\$ 6.860,20 milhões (- 24,9%), dada as variações negativas das Receitas de Capital (- 96,4%) e de 12,1% nas Receitas Correntes.

No ano, a arrecadação atingiu R\$ 68.265,97 milhões (- 13,7%) em relação ao mesmo período de 2015. A Receita Corrente obteve variação negativa de 7,2% (- R\$ 4.951,96 milhões) e a de Capital, retração de 81,9% (- R\$ 5.542,46 milhões) demonstrando a situação crítica das finanças estaduais em 2016.

No 3º quadrimestre de 2016, a Receita de Capital apresentou decréscimo de R\$ 4.130,95 milhões (- 96,4%). Já a Receita Corrente, decresceu 12,1% (- R\$ 2.688,49 milhões), comparadas ao mesmo período do ano passado.

No acumulado, também, há retração contundente no resultado Estadual (- 13,7%), sendo a Receita de Capital a maior influenciadora desse comportamento.

¹⁰ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹¹ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

IV.I Receitas Correntes

Quadrimestre: R\$ 19.440,13 milhões / - 12,1%

Acumulado: R\$ 63.879,36 milhões / - 7,2%

Tabela 9

RECETA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.

(R\$ milhões)

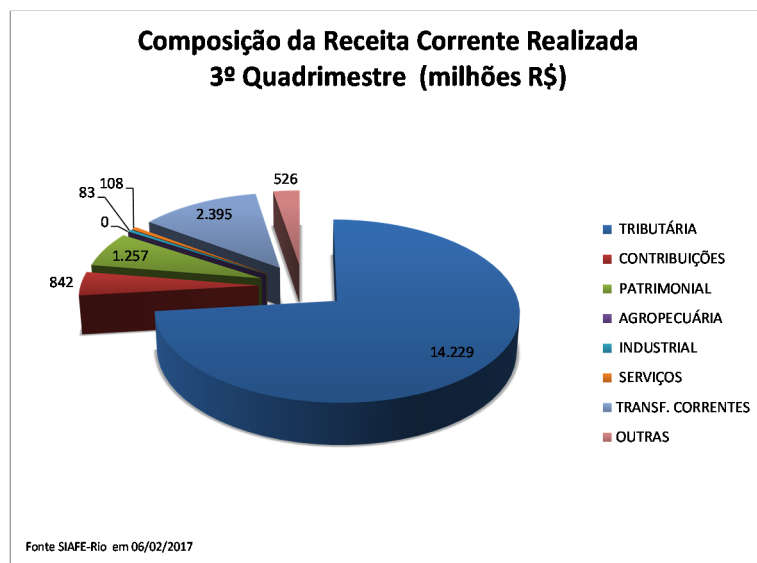
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
REC. CORRENTE	22.128,62	19.440,13	-12,1%	68.831,32	63.879,36	-7,2%
TRIBUTÁRIA	14.109,69	14.228,60	0,8%	43.414,67	44.947,90	3,5%
CONTRIBUIÇÕES	677,92	842,37	24,3%	1.914,27	1.873,25	-2,1%
PATRIMONIAL	1.985,27	1.257,44	-36,7%	6.477,26	4.663,17	-28,0%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,01	-42,5%	0,05	0,02	-54,9%
INDUSTRIAL	45,77	82,96	81,3%	128,15	143,95	12,3%
DE SERVIÇOS	115,29	108,50	-5,9%	358,97	350,39	-2,4%
TRANSF. CORRENTES	2.009,90	2.394,56	19,1%	5.931,51	9.501,54	60,2%
OUTRAS CORRENTES	3.184,77	525,69	-83,5%	10.606,43	2.399,14	-77,4%

Fonte: SIAFERIO em 06/02/2017.

Reflexo do cenário econômico atual, os valores discriminados na Tabela 9 evidenciam variação negativa em várias rubricas de Receita Correntes. Conforme demonstrado no Gráfico 8, a seguir, a Receita Patrimonial, que basicamente abarca os recursos oriundos da Extração de Petróleo e Gás, com variação negativa de 28%, s influenciou fortemente o desempenho da Receita Corrente no quadrimestre e no acumulado do ano.

No comparativo com 2015, a Receita Corrente apresentou comportamento de retração, sendo a redução da Receita Patrimonial e Outras Receitas Correntes os principais fatores da redução no resultado.

Gráfico 8



IV.1.1 Receita Tributária
Quadrimestre: R\$ 14.228,60 milhões / + 0,8%
Acumulado: R\$ 44.947,90 milhões / + 3,5%
Tabela 10
RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2015/2016.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.109,69	14.228,60	0,8%	43.414,67	44.947,90	3,5%
ICMS	10.999,40	10.282,65	-6,5%	31.982,75	31.099,87	-2,8%
Adicional do ICMS	1.034,62	1.471,98	42,3%	3.018,74	4.090,98	35,5%
IRRF	963,72	1.229,18	27,5%	2.988,13	3.173,28	6,2%
IPVA	171,97	204,95	19,2%	2.299,82	2.803,33	21,9%
ITD	362,12	403,95	11,6%	849,91	1.390,66	63,6%
Taxas	577,86	635,88	10,0%	2.275,32	2.389,79	5,0%

Fonte: SIAFERIO em 06/02/2017.

A Receita Tributária arrecadada no terceiro quadrimestre de 2016 cresceu 0,8% (+ R\$ 118,91 milhões) em comparação ao mesmo período de 2015, totalizando R\$ 14.228,60 milhões. O resultado positivo foi influenciado pelo bom desempenho da arrecadação do Adicional do ICMS (FECF) e do IPVA, cujas alíquotas foram majoradas no final de 2105; contribuíram ainda o IRRF e o ITD.

No acumulado de janeiro a dezembro o crescimento foi de 3,5% (+ R\$ 1.533,23 milhões) em relação a 2015, somando R\$ 44.947,90 milhões.

O Adicional do ICMS, o IRRF e o ITD apresentaram resultados favoráveis no quadrimestre, com acréscimo conjunto de R\$ 744,66 milhões.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):**3º Quadrimestre: R\$ 10.282,65 milhões / - 6,5%****Acumulado: R\$ 31.099,87 milhões / - 2,8%**

Refletindo o cenário econômico, a arrecadação de ICMS apresentou variação negativa no terceiro quadrimestre de 2016, com decréscimo de 6,5% (- R\$ 716,75 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior¹².

Desde o 3º bimestre de 2015, houve alteração na metodologia de análise da arrecadação do ICMS. Esta, antes realizada por setor econômico, passou a ser feita por código de receita, isto é, pela classificação do Sistema de Arrecadação da SEFAZ. Optou-se por detalhar os grupos que apresentaram maior participação na arrecadação do imposto e que, juntos, concentraram no primeiro quadrimestre de 2016, cerca de 90% das receitas acumuladas deste imposto.

ICMS Normal¹³ (Participação Acumulada → 24,7%)**3º Quadrimestre: + 24,2%****Acumulado: + 16,8%**

A alta do ICMS Normal, no 3º quadrimestre de 2016, foi influenciada pelo setor de petróleo e de indústria nuclear. Soma-se ainda o impacto do Decreto nº 45.527/15 (alterando o regulamento do ICMS, no tocante à substituição tributária), que retira produtos da Substituição Tributária e os insere nesta categoria.

No acumulado, o crescimento foi afetado pelas alterações do Decreto nº 45.527/15 (acima citado) e pelo setor de petróleo e bebidas.

ICMS Substituição Tributária¹⁴ (Participação Acumulada → 26,6%)**3º Quadrimestre: - 6,7%****Acumulado: - 5,1%**

A receita desta rubrica, no 2º quadrimestre de 2016, foi significativamente afetada pela retirada de muitas mercadorias do rol

¹² Arrecadação extraída do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro – SIAFE-RIO.

¹³ ICMS NORMAL é o grupo que tem sua arrecadação não decorrente das reunidas em inspetoria especializadas tais como ICMS-Substituição Tributária, ICMS-Energia Elétrica, ICMS-Importação, ICMS-Comunicações, etc.

¹⁴ O regime de Substituição Tributária é o instituto jurídico mediante o qual se atribui à determinada pessoa a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo a fato gerador praticado por outro contribuinte.

de produtos sujeitos à incidência de Substituição Tributária. Também relevante é a queda substancial no setor varejista, na atividade de supermercados e bebidas.

No acumulado de 2016, a arrecadação do ICMS Substituição Tributária foi reduzida em decorrência, principalmente, da retirada de itens da substituição, através do decreto nº 45.527/15, transferindo-os para o recolhimento normal, conforme já comentado. Destaca-se também a redução no setor de veículos e bebidas. A retração econômica é expressiva, impactando, assim, o recolhimento do imposto.

ICMS Importação (Participação Acumulada → 10,2%)

3º Quadrimestre: - 37,7%

Acumulado: - 34,3%

No confronto com o 3º quadrimestre do ano anterior, o ICMS Importação apresentou redução de forma sistêmica. Merece destaque a queda da importação relacionada aos setores siderúrgico e petrolífero.

Em 2016, no acumulado, a contração generalizada na atividade econômica, inclusive os setores de Petróleo, Gás e Siderurgia/Metalurgia, impactou sobremaneira a receita do ICMS Importação.

ICMS Parcelamento (Participação Acumulada → 1,0%)

3º Quadrimestre: + 25,5%

Acumulado: + 45,4%

Embora este item tenha modesta participação percentual na arrecadação geral do tributo, apresentou relevante crescimento no quadrimestre. A variação positiva foi efeito da Lei 7.116/15¹⁵, que fomentou a arrecadação do ICMS por conceder benefício tributário às empresas com débitos, com destaque aos devedores no setor de produtos alimentícios.

Da mesma forma, tal lei influenciou a arrecadação no acumulado. Além do setor acima, outros setores beneficiados, como o de Petróleo e o Hospitalar, também contribuíram para a percepção do imposto.

¹⁵ Lei nº 7.116 de 26 de novembro 2015 dispõe sobre a redução de multas e dos juros relativos aos débitos tributários do ICMS administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda e aos débitos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, e autorização para pagamento ou parcelamento e dá outras providências.

ICMS Petróleo e Derivados (Participação Acumulada → 1,3%)**3º Quadrimestre: - 90,5%****Acumulado: - 30,4%**

Grandes contribuintes do setor ora recolhem pelo ICMS Normal, ora nesta rubrica específica. De qualquer forma, percebe-se que o setor de petróleo, no conjunto, tem sofrido os efeitos econômicos atuais.

ICMS Energia Elétrica (Participação Acumulada → 15,0%)**3º Quadrimestre: - 5,9%****Acumulado: - 1,3%**

O comportamento do ICMS derivado da Energia Elétrica foi relevantemente impactado por redução tarifária e pela queda no consumo (mais uma vez decorrente da retração da atividade econômica). Ainda, merece atenção as medidas como compensação de dívidas reconhecidas com concessionárias e aportes voltados à realização dos jogos olímpicos e paraolímpicos 2016.

ICMS Comunicações (Participação acumulada → 11,7%)**3º Quadrimestre: - 7,0%****Acumulado: - 7,5%**

A convergência de tecnologias, a migração da demanda por utilização das chamadas tradicionais por voz para aplicações (via WhatsApp, Facetime, etc.) e a acirrada concorrência do setor influíram no setor de comunicação de maneira pertinente.

No decorrer do ano, considera-se, além dos relevantes fatores citados acima, as fusões entre empresas do setor, gerando, dessa forma, a redução de arrecadação da nova instituição em relação às duas anteriores separadamente.

ICMS Serviços de Transporte (Participação acumulada → 1,4%)**3º Quadrimestre: + 85,4%****Acumulado: + 48,1%**

Mesmo registrando uma comedida participação na arrecadação do imposto houve, neste item, um relevante acréscimo no quadrimestre e no acumulado decorrente, dentre outras razões, da revogação do Decreto 39.478/06, o qual isentava a cobrança de imposto dos serviços de transporte intermunicipal de cargas que tivesse início e término no território no Estado do Rio de Janeiro e em que o contratante (tomador) do serviço fosse contribuinte do imposto inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do ERJ - CADERJ.

- Adicional do ICMS - FECP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais)

3º Quadrimestre: R\$ 1.471,98 milhões / + 42,3%

Acumulado: R\$ 4.090,98 milhões / + 35,5%

A receita do FECP, no 3º quadrimestre, aumentou 42,3% (+ 437,36 milhões) em relação a 2015. O impacto deve-se principalmente à Lei Complementar nº 167/2015, com vigência a partir de 28/03/16, que ampliou as alíquotas em diversas operações, com destaque para as relacionadas ao setor de petróleo e combustível.

No acumulado, o crescimento foi de 35,5% (+ R\$ 1.072,23 milhões). No decorrer do ano, o crescimento tem sido impactado diretamente pela alteração de alíquota decorrente da lei comentada no parágrafo anterior. Assim como na análise do quadrimestre, o setor que mais influenciou o comportamento da arrecadação foi o setor de petróleo e combustível.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA¹⁶):

3º Quadrimestre: R\$ 204,95 milhões / + 19,2%

Acumulado: R\$ 2.803,33 / + 21,9%

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No terceiro quadrimestre de 2016, foi lançado o programa Recupera Rio (Lei nº 7.158/15) permitindo o parcelamento para pagamento de créditos tributários devidos de IPVA. Adiciona-se também alteração na Lei nº 2.877/97 que aumentou a alíquota de IPVA em alguns casos. Tais fatos possibilitaram o aumento das receitas em 19,2% (+R\$ 32,98 milhões).

Em 2016, mediante a lei nº 7.158/15, houve o programa Recupera Rio que permitiu o parcelamento do IPVA de débitos tributários.

No acumulado de 2016, o IPVA registrou aumento de 21,9% (+ R\$ 503,51 milhões). Esse resultado sofre reflexo, dentre outras, das alterações abarcadas pela Lei nº 7.068/15¹⁷, do aumento de alíquota para os veículos flex e os que utilizam gás combustível.

¹⁶ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

¹⁷ Lei nº 7.068 de 01 de outubro 2015, altera a lei nº 2.877, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**3º Quadrimestre: R\$ 403,95 milhões / + 11,6%****Acumulado: R\$ 1.390,66 / + 63,6%**

Em comparação com mesmo período de 2015, a arrecadação do ITD apresentou acréscimo, no 3º quadrimestre, de 11,6% (+ R\$ 41,84). O resultado foi afetado significativamente por alterações legislativas. A Lei Estadual 7.174/15¹⁸ aumentou a alíquota de incidência do ITD: 4,5% para valores até 400.000 UFIR-RJ e 5% sobre valores acima deste montante.

O imposto, no acumulado, registrou R\$ 1.390,66 milhões, com crescimento de 63,6% em relação ao 2015. Além do comentado no parágrafo anterior, a melhora na arrecadação do ITD pode ser atribuída, também, a entrada em produção do novo sistema online de Herança Extrajudicial e o aprimoramento constante nos processos internos da inspetoria específica.

Lei Estadual 7.174/15 aumentou a alíquota de incidência do ITD: 4,5% para valores até 400.000 UFIR-RJ e 5% sobre valores acima de 400.000 UFIR-RJ.

– Imposto de Renda (IRRF):**3º Quadrimestre: R\$ 1.229,18 milhões / + 27,5%****Acumulado: R\$ 3.173,28 milhões / + 6,2%**

O Imposto de Renda apresentou aumento de 27,5% (+ R\$ 265,46 milhões) em sua arrecadação, comparativamente ao terceiro quadrimestre de 2015, impactado, relevantemente, por ajustes no fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA. A adequação do cronograma de repasses é indispensável ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.

No acumulado, apontou aumento de 6,2% (+ R\$ 185,15 milhões) em sua arrecadação, uma vez que sua arrecadação está relacionada ao aumento da folha de pagamento dos servidores estaduais.

¹⁸ Lei nº 7.174 de 28 de dezembro 2015, dispõe sobre o imposto sobre a transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD), de competência do Estado do Rio de Janeiro.

- Taxas:
Quadrimestre: R\$ 635,88 milhões / + 10,0%
Acumulado: R\$ 2.389,79 milhões / + 5,0%
Tabela 11
RECETA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2015/2016.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
Taxas	577,86	635,88	10,0%	2.275,32	2.389,79	5,0%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	62,69	61,35	-2,1%	440,55	459,67	6,8%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	39,08	43,08	10,2%	385,89	402,27	5,2%
Outras	23,61	18,28	-22,6%	54,66	57,40	27,9%
Taxas pela Prestação de Serviços	515,17	574,53	11,5%	1.834,77	1.930,11	5,2%
Emolumentos e Custas Judiciais	150,62	164,75	9,4%	457,92	488,90	6,8%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	126,02	139,70	10,9%	392,89	412,88	5,1%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	238,53	270,08	13,2%	983,95	1.028,33	4,5%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	205,04	218,12	6,4%	762,46	783,10	2,7%
Outras	33,49	51,96	55,1%	221,50	245,24	10,7%

Fonte: SIAFERIO em 06/02/2017.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas aumentou R\$ 58,02 milhões (+ 10,0%) em relação ao terceiro quadrimestre de 2015, totalizando R\$ 635,88 milhões. Destaca-se a receita das Taxas pela Prestação de Serviços, especificamente no registro Outras Taxas pela Prestação de Serviços (+ R\$ 31,54), com influência da Taxa de Serviços de Trânsito (+ R\$ 13,08) e Demais Taxas pela Prestação de Serviços (+ R\$ 13,79 milhões).

No acumulado do ano o aumento foi de R\$ 114,47 milhões (+ 5,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior e se dá nas mesmas rubricas da análise quadrimestral.

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

Quadrimestre: R\$ 1.257,44 milhões / - 36,7%

Acumulado: R\$ 4.663,17 milhões / - 28,0%

Tabela 12

RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			(R\$ milhões)		
	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
RECEITA PATRIMONIAL	1.985,27	1.257,44	-36,7%	6.477,26	4.663,17	-28,0%
Petróleo	1.487,39	950,64	-36,1%	5.298,09	3.499,15	-34,0%
Royalties	771,04	764,73	-0,8%	2.308,76	1.985,99	-14,0%
Part. Especial	715,20	183,65	-74,3%	2.985,88	1.507,27	-49,5%
FEP	1,16	2,25	94,0%	3,45	5,89	70,8%
CFT's	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	0,0%
Aplic. Financeiras	250,00	118,05	-52,8%	808,06	590,29	-26,9%
Demais Rec. Patrimoniais	247,87	188,75	-23,9%	371,10	573,72	54,6%

Fonte: SIAFERIO em 06/02/2017.

As Receitas Patrimoniais, no terceiro quadrimestre de 2016, somaram R\$ 1.257,44 milhões - variação negativa de 36,7% em relação ao mesmo período de 2015. A queda está concentrada basicamente nas receitas de petróleo, não só no trimestre, mas também no acumulado do ano. A frustração de R\$ 1.814,09 milhões nas Receitas Patrimoniais aponta variação negativa de 28,0%.

- **Petróleo:** As receitas pela extração de petróleo e gás apresentaram variação negativa, frente a 2015. A curva descendente estabeleceu-se, principalmente, desde o final de 2014, pela redução do preço do barril tipo *brent*, que apresentou variação negativa de 18,7% e 27,0% no quadrimestre e no acumulado, respectivamente. Na contramão, a taxa de câmbio apresentou acréscimo de 4,1% e 17,2% nas duas formas de análise citadas e amenizaram o efeito negativo. Já a produção alcançou 33,66 milhões de m³ no período de maio a agosto de 2016 (+ 6,1%) e 62,76 milhões de m³ (-0,7%) acumuladamente (Fonte ANP), conforme a Tabela 13.

Gráfico 9

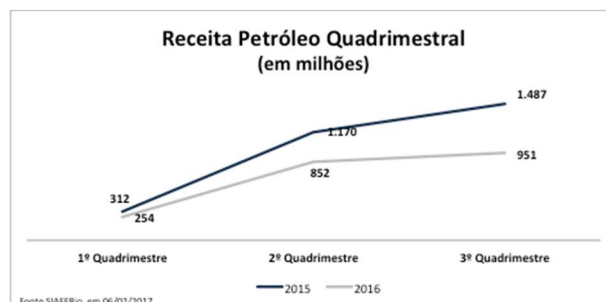


Tabela 13
Participação Governamental do Petróleo

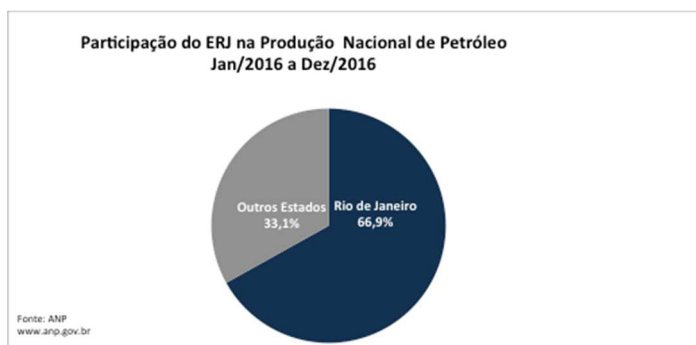
DISCRIMINAÇÃO	(R\$ milhões)			(R\$ milhões)		
	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAI - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN- AGO)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
Produção (milhões de m ³)	31,71	33,66	6,1%	63,20	62,76	-0,7%
Brent (US\$)	57,16	46,45	-18,7%	56,24	41,06	-27,0%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,23	3,36	4,1%	3,07	3,59	17,2%

Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 3º quadrimestre de 2016 são apresentados os dados de produção de Janeiro a Agosto de 2016.

Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 66,9% da produção total brasileira acumulada.

Gráfico 10



- **Aplicações Financeiras:** o fraco desempenho das receitas de Aplicações Financeiras retrata a falta de disponibilidade financeira em caixa, insuficiente inclusive para saldar os compromissos firmados pelo Estado. A queda alcançou 52,8% no quadrimestre (- R\$ 131,95 milhões) e 26,9% (- R\$ 217,77 milhões) quando comparadas ao ano anterior, concentrando-se na Remuneração de Depósitos Bancários.

- **Demais Receitas Patrimoniais:** nesse item, parte da arrecadação é originária dos recursos pagos pelo Bradesco pela renovação, pelo prazo de um ano, do contrato de serviços bancários, decorrentes da movimentação financeira da arrecadação e da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos do ERJ.

Os dividendos pagos pela CEDAE influenciaram também no resultado acumulado do ano registrando acréscimo de 54,6% (+ R\$ 202,62 milhões) em relação ao mesmo período de 2015.

IV.I.3 Demais Receitas Correntes
Quadrimestre: R\$ 1.559,53 milhões / - 61,2%
Acumulado: R\$ 4.766,75 milhões / - 63,4%
Tabela 14
DEMAIS RECETAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
DEMAIS RECETAS CORRENTES	4.023,77	1.559,53	-61,2%	13.007,88	4.766,75	-63,4%
Receita de Contribuições	677,92	842,37	24,3%	1.914,27	1.873,25	-2,1%
Receita Agropecuária	0,02	0,01	-42,5%	0,05	0,02	-54,9%
Receita Industrial	45,77	82,96	81,3%	128,15	143,95	12,3%
Receita de Serviços	115,29	108,50	-5,9%	358,97	350,39	-2,4%
Multas e Juros de Mora	422,34	239,90	-43,2%	954,17	833,78	-12,6%
Indenizações e Restituições	244,73	137,63	-43,8%	481,62	296,93	-38,3%
Dívida Ativa	256,08	75,88	-70,4%	465,81	352,74	-24,3%
Receitas Diversas	2.261,62	72,29	-96,8%	8.704,84	915,69	-89,5%

Fonte: SIAFERIO em 06/02/2017.

As Demais Receitas Correntes, detalhadas na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, apresentaram decréscimo acentuado tanto no quadrimestre quanto no acumulado. Tal fato deve-se, em maior parte, às Receitas Diversas, relacionadas ao recebimento de receitas extemporâneas ocorridas em 2015 e que não se repetiram em 2016.

As Demais Receitas Correntes são detalhadas a seguir:

– **Receitas de Contribuições:** são receitas de natureza continuada com desempenho regular, originária das Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Servidores Ativos e Inativos Cíveis e sua variação está relacionada à folha de pagamento. No quadrimestre, registraram desempenho positivo de R\$ 842,37 milhões (+ 24,3%) em relação ao mesmo período de 2015. Por outro lado, no resultado acumulado, a Receita de Contribuições sofreu uma leve redução de 2,1% (- R\$ 41,02 milhões).

– **Receita de Serviços:** apresentou, no 3º quadrimestre, decréscimo de R\$ 6,79 milhões (- 5,9%), totalizando R\$ 108,50 milhões, cuja influência principal deve-se à combinação das Receitas de Serviços Financeiros, Serviços de Saúde e Serviços Administrativos.

No resultado acumulado, apresentaram decréscimo de 2,4% (- R\$ 8,58 milhões), somando R\$ 350,39 milhões.

– **Indenizações e Restituições:** apresentou variação negativa no quadrimestre e no acumulado, de 43,8% e de - 38,3%, respectivamente, em relação a 2015, principalmente pela queda nas Restituições ao Tesouro Estadual.

– **Receita Industrial:** aumentou 81,3%, basicamente concentrado na arrecadação da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários gerada pelo Instituto Vital Brazil (+ R\$ 37,19 milhões), desempenho que se repete no resultado acumulado do exercício, que registrou acréscimo no período 12,3% (+ R\$ 15,80 milhões).

– **Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa:** as variações negativas neste grupo relacionam-se às Multas e Juros de Mora e Dívida Ativa do ICMS, registrando redução de 43,2% (- R\$ 182,44 milhões) na arrecadação de Multas e Juros de Mora e de 70,4% (- R\$ 180,21 milhões) para a arrecadação de Dívida Ativa, em relação ao quadrimestre do ano anterior. No acumulado, a redução foi de 12,6% (- R\$ 120,39 milhões) e 24,3% (- R\$ 113,07 milhões), respectivamente, relacionadas à arrecadação do ICMS. Entretanto, os efeitos foram amenizados por valores arrecadados no primeiro quadrimestre de 2016, na Formalização de Termo de Ajuste de Conduta, principalmente do setor de bebidas.

– **Receitas Diversas:** por conta do registro de receitas oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147/2013¹⁹, alterada pela Lei 163/2015, que destinou recursos para pagamento de despesas previdenciárias no RIOPREVIDÊNCIA, receita extemporânea que aconteceu apenas num determinado momento, o que dificulta a comparação, e também por conta da redução da receita oriunda da Lei Federal 11.429/2006, que dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, revogada pela Lei Complementar Federal 151/2015, as Receitas Diversas se apresentaram como uma forte influência no decréscimo do resultado das Demais Receitas Correntes.

¹⁹ **Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013** - Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e dá outras providências. **Lei Complementar nº 163, de 31 de março de 2015** - Modifica dispositivos da Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013, e dá outras providências.

IV.I.3.1 Receita de Transferências

Quadrimestre: R\$ 2.394,56 milhões / +19,1%
Acumulado: R\$ 9.501,54 milhões / +60,2%

Tabela 15
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2.009,90	2.394,56	19,1%	5.931,51	9.501,54	60,2%
Transf da União	1.067,05	1.476,19	38,3%	3.206,65	6.654,98	107,5%
FPE	360,67	685,30	90,0%	1.166,89	1.486,65	27,4%
IPI exp	242,82	274,89	13,2%	720,93	769,20	6,7%
IOF	0,07	0,15	116,1%	0,13	0,24	91,6%
CIDE	16,38	0,12	-99,2%	22,42	61,66	175,0%
SUS	196,22	236,23	20,4%	604,43	712,07	17,8%
Salário Educação	134,58	127,46	-5,3%	472,94	413,47	-12,6%
Lei Kandir	28,59	28,59	0,0%	85,78	85,78	0,0%
Outras Transf. da União	87,71	123,44	40,7%	133,13	3.125,91	2248,0%
FUNDEB	883,86	803,52	-9,1%	2.615,38	2.528,45	-3,3%
Convênios	58,97	114,78	94,6%	109,38	317,75	190,5%
Outras Transf. Corr.	0,02	0,06	214,4%	0,11	0,37	228,8%

Fonte: SIAFERIO em 06/02/2017.

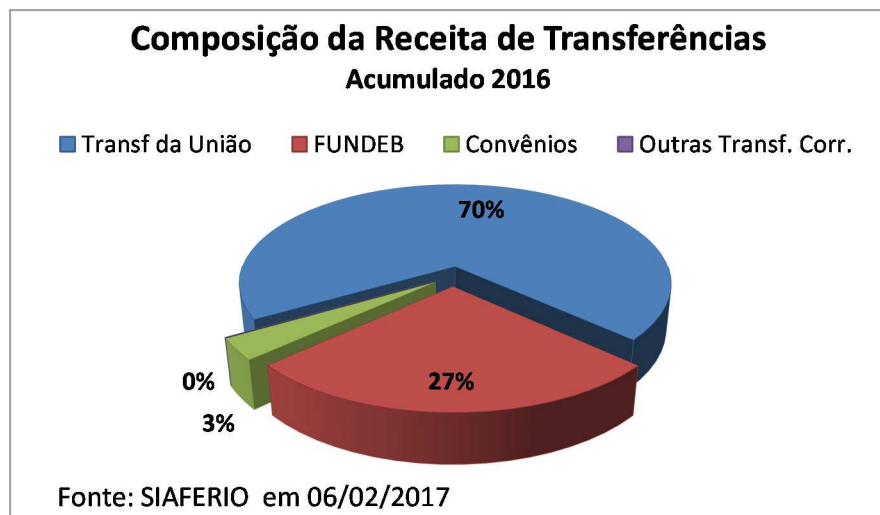
As Receitas de Transferências apresentaram, no terceiro quadrimestre de 2016, acréscimo de 19,1% (+R\$ 384,66 milhões) se comparado ao mesmo período de 2015, aí incluídas as Transferências da União, com destaque para o desempenho positivo da Receita de FPE.

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 70% do total das Receitas de Transferências neste 3º quadrimestre de 2016.

Nessa rubrica incluem-se, ainda, as receitas do FUNDEB e de Convênios. No FUNDEB verificou-se redução de 9,1% (- R\$ 80,34 milhões), e nas receitas de Convênios variação positiva de 94,6% (+R\$ 55,81 milhões) no quadrimestre. As explicações para tais resultados serão abordados separadamente mais adiante nesse Boletim.

O resultado acumulado no ano registra R\$ 9.501,54 milhões, acréscimo de 60,2% (+ R\$ 3.570,03 milhões) em relação ao ano passado.

Gráfico 11



IV.I.3.2 Transferências da União

Analisada como um todo, incluindo todas as naturezas de receitas que integram esse grupo, observa-se aumento de 38,3% (+R\$ 409,14 milhões), em relação ao mesmo quadrimestre de 2015. No que tange a essas receitas, o repasse referente ao FPE é o mais significativo, conforme já comentado.

Nesta mesma linha, o resultado acumulado de 2016 totalizou R\$ 6.654,98 milhões, crescimento de 107,5% (+R\$ 3.448,33 milhões) se comparado a 2015, por conta do desempenho positivo das Outras Transferências da União.

– **FPE**²⁰: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado

²⁰ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de setembro a dezembro de 2016, Receita Federal.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2016/setembro2016/analise-mensal-set16.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2016/outubro2016/analise-mensal-out16.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2016/novembro2016/analise-mensal-nov-2016.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2016/dezembro2016/analise-mensal-dez-2016.pdf>

positivo quadrimestral e acumulado dessa transferência, em parte, foi consequência do aumento da arrecadação do IR.

Os recursos do 3º quadrimestre do FPE apresentaram aumento significativo de 90% (+ R\$ 324,64 milhões) em comparação ao mesmo período de 2016, consequência do repasse pela União de parte dos recursos arrecadados, do Regime Especial de Regularização cambial e tributária – Repatriação de Recursos, recolhida no item IRPJ.

No acumulado, o FPE apresentou aumento de R\$ 319,76 milhões (+27,4%), pelos mesmos motivos acima descritos.

-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI sejam distribuídas para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em:

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferecias>.

O resultado acumulado da receita na conta IPI-Exportação reflete o aumento do coeficiente relativo à participação do ERJ em 2016.

Neste quadrimestre a receita apresentou crescimento de 13,2% (+ R\$ 32,08 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior, reflexo de alteração do coeficiente de participação do IPI-Exportação para o ERJ. O percentual que, em 2015, era de 14,63181%, em 2016 foi reajustado para 18,05857%.

No acumulado do ano o aumento foi de 6,7% (+ R\$ 48,27 milhões).

-CIDE: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 8.395, de 28 de janeiro de 2015, reintroduziu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível a partir de maio de 2015.

O decréscimo apresentado no quadrimestre é resultado da 5ª e da 6ª Revisão da Programação Financeira de 2016 (Decreto 8.864 de 29/09/16 e decreto 8.919 de 30/11/16, respectivamente) em que a Secretaria do Tesouro Nacional reduziu a parcela a ser transferida ao ERJ.

No acumulado do ano o valor recebido foi de R\$ 61,66 milhões, 175% (+ R\$ 39,24 milhões) a mais do que o arrecadado em 2015, em função da data de validade do citado Decreto, a partir de maio de 2015.

–**SUS**: A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB²¹ fixo²² e PAB variável²³) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Os repasses do SUS aumentaram R\$ 40,01 milhões (+ 20,4%) nesse quadrimestre, se comparado a 2015. No acumulado do ano, o aumento foi de R\$ 107,64 milhões (+ 17,8%).

– **SALÁRIO EDUCAÇÃO**: O repasse da União a título de Salário Educação tem com base os Coeficientes de Distribuição divulgados pelo FNDE, considerado o Censo Escolar para o exercício corrente e a arrecadação de recursos registrada no ano anterior.

Os valores arrecadados no terceiro quadrimestre de 2016 atingiram R\$127,46 milhões, decréscimo de R\$7,13 milhões (- 5,3%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

No acumulado, a arrecadação alcançou R\$ 413,47 milhões, - 12,6% (- R\$ 59,47 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado.

Tais resultados referem-se à alteração do coeficiente de repasse do ERJ de 0,3102581732 para 0,2944653914, em virtude da redução do número de matrículas nas escolas estaduais, consequência da municipalização do ensino de 1º grau.

²¹ PAB: Piso de Atenção Básica

²² Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

²³ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários dos Agentes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidos 13 parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO:** Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 123,44 milhões no quadrimestre, o crescimento foi de 40,7% (+ R\$ 35,72 milhões) em relação ao mesmo período de 2015. O aumento reflete o recebimento do FEX – Auxílio Financeiro da União referente ao exercício de 2016 em valor maior do que o recebido no ano anterior. O acumulado no ano, R\$ 3.125,91 milhões, variação de 2.248%, inclui o Auxílio Financeiro da União e de R\$ 2,9 bilhões, determinado pela Medida Provisória 734/2016 para gastos com Segurança durante a realização das Olimpíadas, já comentado neste Boletim.

- FUNDEB

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios. São redistribuídos aos Estados e Municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O decréscimo das receitas do FUNDEB no quadrimestre (- 9,1% / - R\$ 80,34 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do Fundo que, dado seu desempenho desfavorável que reflete diretamente no montante arrecadado : R\$ 803,52 milhões acumulado, redução foi de R\$ 86,93 milhões (- 3,3%).

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios alcançaram R\$ 114,78 milhões, aumento de 94,6% (+R\$ 55,81 milhões) em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado. Entre os maiores ingressos de recursos no quadrimestre, destacam-se os recursos destinados à Secretaria de Estado de Governo, Secretaria de Transportes e ao Instituto de Pesos e Medidas do RJ.

Da mesma forma, no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam crescimento de R\$ 208,37 milhões (+ 190,5%). destinados à Secretaria de Obras, Secretaria de Transportes e Instituto de Pesos e Medidas do RJ.

IV.II Receitas de Capital

Quadrimestre: R\$ 154,64 milhões / - 96,4%

Acumulado: R\$ 1.227,88 milhões / - 81,9%

Tabela 16

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2015/2016.

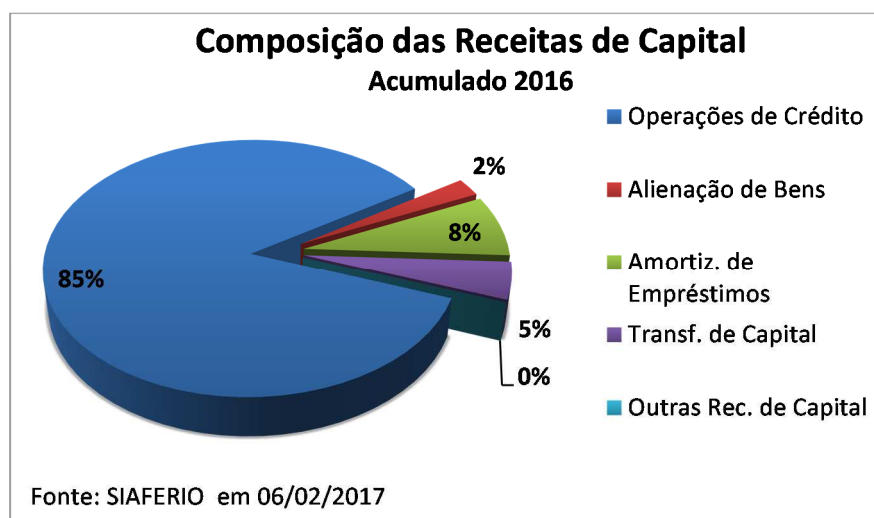
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (SET - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2015	2016		2015	2016	
REC. CAPITAL	4.285,59	154,64	-96,4%	6.770,34	1.227,88	-81,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.939,14	71,30	-97,6%	4.994,87	1.047,45	-79,0%
ALIENAÇÕES DE BENS	1.073,03	16,25	-98,5%	1.084,01	27,89	-97,4%
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	70,37	42,08	-40,2%	310,85	94,23	-69,7%
TRANSF. DE CAPITAL	203,06	25,01	-87,7%	380,60	58,30	-84,7%
OUTRAS REC. DE CAPITAL	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,01	-

Fonte: SIAFERIO em 06/02/2017.

As Receitas de Capital decresceram 96,4% (- R\$ 4.130,95 milhões) nesse quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2015. Tal fato decorreu da acentuada redução das Operações de Crédito no montante de R\$ 2.867,84 milhões, por conta das medidas de ajuste fiscal e pelo término de alguns investimentos.

Gráfico 12



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: Na Receita de Operações de Crédito, houve redução de 97,6% (- R\$ 2.867,84 milhões), nas Operações de Crédito Externas destinadas aos Programas de Transporte, mais especificamente ao PET 2 para o desenvolvimento do sistema integrado de transportes urbanos e nas Operações de Crédito Internas para Programas de Governo, concentrado no Programa Pró-Cidades e no Adicional da Linha 4 do Metrô, financiada pelo BNDES.

O resultado acumulado representa uma redução de 79% (- R\$ 3.947,42 milhões) em relação ao acumulado de 2015. Esse desempenho é resultante da redução das operações de crédito que objetivaram financiar a Linha 4 do Metrô, já citada anteriormente.

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou redução de 98,5% (- R\$ 1.056,78 milhões) no quadrimestre. Tal fato é explicado pelo ingresso da receita extraordinária proveniente da alienação da Carteira do FUNDES, no valor de R\$ 1,06 bilhão em novembro de 2015.

O motivo acima citado explica também o decréscimo do resultado acumulado de 2016.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: As Transferências de Capital apresentaram decréscimo de 87,7% (- R\$ 178,05 milhões) no quadrimestre. O resultado é explicado pela redução de repasses na conta de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC gerenciado pela Secretaria de Estado de Obras.

Na mesma linha, o resultado acumulado apresentou uma variação negativa de 84,7%, com arrecadação de R\$ 58,30 milhões, - R\$ 322,30 milhões a menos que o arrecadado no mesmo período do ano anterior.

A receita relativa às operações de crédito direcionadas à racionalização dos sistemas de transporte urbano apresentou drástica redução no ano de 2016.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 17 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais amplo, analisando o ritmo de execução (empenho e liquidação) frente ao orçamento autorizado. A análise é realizada separando o Poder Executivo dos Demais Poderes (Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas).

No tocante ao Poder Executivo, inicialmente a LOA fixou as despesas em R\$ 71,76 bilhões. Ao final do mês de dezembro, com as devidas alterações quantitativas no orçamento, a dotação alcançou o montante de R\$ 80,37 bilhões. Desse valor, aproximadamente R\$ 15,98 bilhões (19,9%)

permaneceram contingenciados, crédito indisponível para execução orçamentária e financeira. Tal medida de ajuste visa orientar o nível de execução (despesas orçamentárias) ao panorama econômico e capacidade arrecadatória do ente.

Em 2016, R\$ 53,19 bilhões foram empenhados pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo, montante esse que representa 82,6% do orçamento disponível. Em relação ao estágio da liquidação, 82,5% do orçamento liberado foi executado até dezembro. Esse valor representa 99,9% do total empenhado.

No âmbito dos Demais Poderes, a LOA inicialmente autorizava R\$ 8,14 bilhões em despesas. Até o final do exercício, a dotação autorizada apresentou acréscimo de 2,8% (+R\$ 227,52 milhões). Desse total, R\$ 7,64 bilhões (91,3% do disponível) já foram empenhados, e R\$ 7,32 bilhões já foram liquidados (95,8% do disponível) pelos gestores.

Tabela 17– Execução da Despesa Total

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - 3º QUADRIMESTRE							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2015	DESPESA SEM INTRA	71.496	76.380	5.267	71.113	47.271	44.075
	DESPESA INTRA	3.855	3.204	78	3.127	2.825	2.781
	DESPESA TOTAL	75.350	79.584	5.345	74.239	50.095	46.856
2016	DESPESA SEM INTRA	68.363	76.169	15.950	60.218	50.170	50.127
	DESPESA INTRA	3.395	4.198	33	4.166	3.019	3.018
	DESPESA TOTAL	71.758	80.367	15.983	64.384	53.189	53.145
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2015	DESPESA SEM INTRA	6.843	6.917	0	6.917	5.835	5.066
	DESPESA INTRA	608	659	0	659	570	545
	DESPESA TOTAL	7.451	7.576	0	7.576	6.405	5.610
2016	DESPESA SEM INTRA	7.404	7.299	0	7.299	6.647	6.333
	DESPESA INTRA	738	1.071	0	1.071	995	989
	DESPESA TOTAL	8.143	8.370	0	8.370	7.643	7.322

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

V.II Créditos Adicionais

Em 2016, o orçamento foi suplementado em aproximadamente R\$ 7,70 bilhões, aumento de 10,2% basicamente proveniente de superávits financeiros reconhecidos em fontes de convênios e operações de crédito.

Analisando as alterações por suas respectivas Fontes de Recursos (FR), verificou-se uma forte expansão por meio da FR 111 (Operações de Crédito), FR 192 (Transferência proveniente de Auxílio Financeiro da União), Convênios (FR 212 – Transf. Voluntária, FR 214 - Transf. PAC e FR 218 – Transf. Intraorçamentária), e FR 230 (Recursos Próprios). Juntos, esses recursos totalizaram R\$ 6,45 bilhões, 83,7% do total suplementado. A Tabela 18 apresenta tais alterações com seus respectivos montantes.

Num recorte por função governamental (Tabela 19), o maior acréscimo ocorreu na área da Previdência: aumento de R\$ 8,94 bilhões praticamente assegurados com recursos do Tesouro (Fonte 100 – Proveniente de Impostos). A função apresentou aumento de 50,6% em relação ao seu orçamento original.

Na função Transporte, o incremento total foi de R\$ 712,03 milhões (aumento de 18,9% sobre o orçamento inicial). Tal variação orçamentária foi fortemente impulsionada pelo projeto Implantação de Novas Linhas Metroviárias. Essa ação foi reforçada principalmente com recursos obtidos através de Operações de Crédito (+R\$ 1,02 bilhão).

A função Urbanismo também apresentou variações significativas: aumento de R\$ 1,24 bilhão, dos quais R\$ 1,12 bilhão (90,4%) foi por meio de Operações de Crédito (FR 111). Desse total, R\$ 1,05 bilhão (94,0% da variação total observada) foi aplicado em três projetos estruturantes: Bairro Novo/Asfalto na Porta (+R\$ 387,04 milhões); Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (+R\$ 200,00 milhões); e Projetos de Infraestrutura (+R\$ 463,28 milhões).

Por fim, cabe ressaltar a suplementação ocorrida na área da Segurança Pública: a dotação autorizada foi reforçada em R\$ 2,54 bilhões em função da transferência voluntária realizada pelo Governo Federal ao Estado do RJ por meio da MP 734/2016. Os recursos foram alocados em ações que visaram à manutenção da segurança pública durante a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Tabela 18 - Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - 3º QUADRIMESTRE			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	51.442	5.455	56.897
OP. CRÉDITO	6.272	2.192	8.465
TRANSF. AUXÍLIO FINANCEIRO	0	2.543	2.543
DEMAIS FONTES	24.325	2.246	26.571
CONVÊNIOS	1.795	641	2.436
RECURSOS PRÓPRIOS	2.362	1.071	3.434
OUTRAS	20.168	533	20.701
TOTAL	75.767	7.701	83.467

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

Tabela 19 - Funções

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
PREVIDÊNCIA SOCIAL	Tesouro	8.942
	Demais Fontes	-0,5
URBANISMO	Tesouro	1.099
	Demais Fontes	137
TRANSPORTE	Tesouro	613
	Demais Fontes	99
SUBTOTAL		10.889
OUTRAS FUNÇÕES		-3.189
TOTAL		7.701

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

V.III Despesas por Grupo

Tabela 20 - Despesas por Grupo

R\$ Milhões

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas. A Tabela 20 apresenta os dados apurados em 2016 ante 2015.

A Categoria das Despesas Correntes do RJ, grupo formado pelas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes – esta composta pelos gastos com inativos/pensionistas, despesas constitucionais (transferências obrigatórias de recursos) e com o custeio da máquina – foi responsável por 92,0% (R\$ 51,94 bilhões) do total liquidado no ano.

A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 4,52 bilhões, 8,0% do total de compromissos assumidos ao longo do exercício.

As despesas intraorçamentárias, dado orçamentário não incluído na análise proposta, registraram em 2016 R\$ 4,01 bilhões.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	3º QUADRIMESTRE		
		2015	2016	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.156	19.956	4,2%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	14.769	15.662	6,0%
	1.2 - OUTROS PODERES	4.387	4.294	-2,1%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	3.835	2.730	-28,8%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	29.094	29.251	0,5%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	14.804	12.431	-16,0%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	12.887	10.531	-18,3%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	1.917	1.900	-0,9%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	13.285	15.783	18,8%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.005	1.037	3,2%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.005	1.037	3,2%
TOTAL CORRENTE		52.085	51.937	-0,3%
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	6.660	2.508	-62,3%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	6.501	2.381	-63,4%
	4.2 - OUTROS PODERES	159	127	-20,1%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	43	28	-35,3%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.450	1.987	-42,4%
TOTAL CAPITAL		10.154	4.523	-55,5%
TOTAL GERAL		62.239	56.460	-9,3%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvisão

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

➤ **Despesas de Pessoal**

A Tabela 21 examina as despesas com pessoal em relação às áreas de prioridade do ERJ.

Em 2016, foram liquidados R\$ 19,96 bilhões, montante 4,2% superior (+R\$ 809,31 milhões) ao do ano anterior. Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 3,06 bilhões), os valores registrados, ao longo do ano, nessa tipologia de gasto chegaram ao patamar dos R\$ 23,02 bilhões.

No Poder Executivo, as áreas prioritárias do Estado apresentaram os seguintes valores: Segurança Pública, R\$ 7,23 bilhões (aumento de 8,3% ante 2015, +R\$ 551,85 milhões, em função dos efeitos dos reajustes concedidos de forma escalonada para esta área; Educação, R\$ 4,15 bilhões (queda de 3,6%, ou seja, -R\$ 153,68 milhões); e Saúde com R\$ 959,07 milhões (queda de 4,3% ou R\$ 42,89 milhões). Nessas duas últimas, ambas apresentaram redução no gasto total em função das dificuldades arrecadatórias enfrentadas pelo Tesouro ao longo do ano.

Somadas, essas áreas estratégicas de Governo foram responsáveis por 61,8% (R\$ 12,34 bilhões) do total liquidado no grupo, desconsideradas as despesas intraorçamentárias.

Os gastos dos Demais Poderes (Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas) representam 21,5% do montante liquidado em 2016: R\$ 4,29 bilhões em recursos foram destinados ao pagamento de tais obrigações, dos quais, 92,9% foram assegurados com recursos da FR 100 (Ordinários Provenientes de Impostos).

Apesar do ligeiro aumento dos valores alocados nesse grupo de despesa, no âmbito geral a administração procurou identificar as prioridades e rever os gastos em virtude da situação econômica do estado. Medidas de contenção e otimização dos gastos públicos, inclusive sobre a folha de pagamento de pessoal, foram adotadas ao longo do ano como forma de readequar o planejamento ao cenário fiscal.

Tabela 21 - Despesas de Pessoal

FUNÇÃO	3º QUADRIMESTRE		Variação %
	2015	2016	
Segurança Pública	6.675	7.227	8,3%
Educação	4.304	4.150	-3,6%
Saúde	1.002	959	-4,3%
DEMAIS ÁREAS	7.176	7.620	6,2%
TOTAL GERAL	19.156	19.956	4,2%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

➤ **Outras Despesas Correntes**

A Tabela 22 demonstra os custos de manutenção do Estado até o 3º quadrimestre frente aos valores de 2015.

No acumulado do ano, o grupo apresentou uma despesa total de R\$ 29,25 bilhões. Quando comparada ao mesmo período de 2015, constata-se ligeiro aumento de 0,5% (+R\$ 157,14 milhões), fortemente induzido pelas despesas com Previdência Social (folha dos inativos e pensionistas), por conta de Despesas do Exercício de 2015 que foram executadas em 2016 (R\$ 1,7 bilhão).

Devido aos diversos desafios enfrentados em 2016, muito em função do cenário econômico, verificou-se redução no gasto público em diversas funções governamentais: Saúde (-10,0%, -R\$ 406,59 milhões); Segurança Pública (-2,8%, -R\$ 49,20 milhões) e Transporte Público (-8,6%, +R\$ 80,12 milhões). Apenas na função Educação foi verificado crescimento (+2,1%, +R\$ 38,25 milhões).

Fazendo um recorte da alocação dos recursos por ações desenvolvidas pelo Poder Público, Tabela 23, apuramos os seguintes resultados:

No âmbito da Saúde, o principal projeto desenvolvido foi Assistência Ambulatorial e Hospitalar. Responsável por 51,6% do total realizado na função, o projeto contou com aporte de R\$ 1,43 bilhão do FECF (Adicional do ICMS) e R\$ 393,81 do SUS.

Outro importante projeto desenvolvido pelo Estado no âmbito da saúde pública merece destaque: a Operacionalização das UPAS Estaduais e Apoio às UPAS Municipalizadas. Essas duas ações, de elevado impacto social, foram responsáveis pela utilização de R\$ 619,80 milhões, dos quais R\$ 295,28 milhões foram financiados pelo FECF e R\$ 232,98 milhões pelo SUS.

Na função Educação, destaque para as ações de Nutrição e Transporte Escolar. Juntos, esses projetos foram responsáveis por 20,0% do total gasto na área (R\$ 367,02 milhões dos quais R\$

Tabela 22 - Função Governamental

Valores em R\$ milhões

FUNÇÕES	3º QUADRIMESTRE		Variação %
	2015	2016	
Saúde	4.061.694	3.655.105	-10,0%
Educação	1.798.345	1.836.592	2,1%
Segurança Pública	1.787.913	1.738.717	-2,8%
Transporte	932.960	852.842	-8,6%
Demais Desp. Custeio	4.781.259	3.301.589	-30,9%
Subtotal CUSTEIO	13.362.171	11.384.846	-14,8%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	13.733.680	15.949.536	16,1%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.998.460	1.917.064	-4,1%
TOTAL	29.094.311	29.251.447	0,5%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

Tabela 23 - Ação/Projeto Governamental

Valores em R\$ Milhares

OUTRAS DESPESAS CORRENTES - PRINCIPAIS AÇÕES			
AÇÕES	3º QUADRIMESTRE		Variação %
	2015	2016	
Assistência Ambulatorial e Hospitalar	2.268.690	1.887.231	-16,8%
Operacionalização e Apoio das UPAs 24h	711.451	619.798	-12,9%
Operacionalização do Bilhete Único	595.359	624.385	4,9%
Nutrição Escolar + Transporte Escolar	390.052	367.018	-5,9%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	301.491	350.361	16,2%
Habilitação de Motoristas + Registro de Veículos	267.711	323.546	20,9%
Demais Custeio	10.269.554	8.258.766	-19,6%
Subtotal CUSTEIO	14.804.307	12.431.105	-16,0%
INATIVOS E PENSIONISTAS	13.285.373	15.783.359	18,8%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.004.631	1.036.982	3,2%
TOTAL	29.094.311	29.251.447	0,5%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

250,17 milhões foram custeados com recursos da FR 105 - Salário Educação).

No âmbito do Transporte Público, destaque para as ações do Bilhete Único. O projeto foi responsável pela utilização de R\$ 624,39 milhões, um aumento de R\$ 29,03 milhões ante 2015. A ação é totalmente custeada com recurso originário do FECP – Adicional do ICMS (Fonte 122).

Outras ações que tiveram um aumento mais expressivo foram:

- Registro de Veículos e Habilitação de Motoristas: essas ações juntas apresentaram um aumento de 20,9% ante 2015 (+R\$ R\$ 55,84 milhões).
- Alimentação dos Apenados e Custodiados: aumento de 16,2% (+R\$ R\$ 48,87 milhões) frente ao mesmo período de 2015.

Cabe ressaltar que, num contexto econômico mais amplo, as dificuldades financeiras enfrentadas pelo ERJ têm causado impacto negativo na manutenção de determinadas ações. Contudo, a administração vem trabalhando para manter a execução orçamentária e financeira em nível adequado para atender as diversas necessidades sociais.

Apesar do profundo e necessário ajuste fiscal, a administração pública procurou conservar o ritmo de execução das principais ações públicas, mitigando, assim, o impacto a sociedade fluminense.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 24 apresenta os principais projetos executados pelo Governo do ERJ em Investimentos e Inversões Financeiras. Ao todo, foram investidos R\$ 2,54 bilhões em 2016. Frente a 2015, esse montante representou queda de 62,2% (-R\$ 4,17 bilhões).

Em 2016, 57,2% (R\$ 1,45 bilhão) das despesas executadas foram financiadas com recursos de Operações de Crédito (FR 111), valores financeiros obtidos junto a investidores/agentes econômicos. Comparativamente a 2015, houve uma forte redução (-72,3%, ou seja, queda de R\$ 3,79 bilhões) no nível de execução orçamentária pautada nessa FR em função da atual crise fiscal, cujo arrestos e bloqueios financeiros impactaram diretamente a execução desse grupo de despesas.

Tabela 24 - Investimentos e Inversões Financeiras

AÇÕES	2º QUADRIMESTRE		Em R\$ Variação
	2015	2016	%
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	3.015.795.882	678.267.659	-77,5%
Implantação e Melhorias da Infraestrutura Viária - Pró-Vias	183.175.409	222.835.452	21,7%
Transporte sobre Trilhos	17.228.779	150.000.000	770,6%
Implantação do Arco Metropolitano - PAC - RJ	184.043.372	116.455.992	-36,7%
Saneamento Ambiental nos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara	59.419.132	118.977.974	100,2%
Abastecimento de Água - PAC	183.661.461	82.137.893	-55,3%
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	126.101.966	64.985.197	-48,5%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET 2	780.361.558	64.402.601	-91,7%
SUBTOTAL	4.549.787.560	1.498.062.767	-67,1%
DEMAIS AÇÕES	2.153.791.061	1.038.082.191	-51,8%
TOTAL GERAL	6.703.578.621	2.536.144.958	-62,2%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos em 22/02/2017

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

No rol de ações desenvolvidas, a função Transporte apresentou elevada participação. Do total de investimentos realizados pelo Governo do Estado, R\$ 1,05 bilhão foi alocado na função, dos quais, R\$ 792,88 milhões originários de Operações de Crédito. Do valor total aplicado na função, quase 92,0% dos recursos foram alocados em projetos que visam a melhoria do transporte público no estado. Entre eles, destacam-se:

- Implantação de Novas Linhas Metroviárias: alocados para a construção da linha 4 do R\$ 678,27 milhões de recursos foram Metrô, dos quais R\$ 484,27 milhões foram por meio de Operações de Crédito (FR 111).
- Implantação e Melhorias da Infraestrutura Viária: aplicação de R\$ 222,84 milhões por meio do Programa PROVIAS, programa financiado pela Caixa Econômica Federal, que tem como objetivo a expansão e melhoria das vias públicas, rodovias e estradas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, uma parceria com o Governo Federal.

Na função Urbanismo, o Estado executou R\$ 340,01 milhões. Desse total, R\$ 245,57 milhões provenientes de Operações de Crédito e R\$ 93,77 milhões de Transferência do Governo Federal – PAC. Ações que merecem destaque:

- Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios: ao longo de 2016, R\$ 64,99 milhões foram alocados em políticas públicas que visam apoiar o desenvolvimento dos municípios. O recurso foi assegurado por meio de operações de crédito.
- Implantação do Arco Metropolitano: R\$ 116,46 milhões foram destinados às obras complementares da rodovia BR-493/RJ, hoje, oficialmente denominada Arco Metropolitano. Desse montante, R\$ 86,92 milhões originados de Transferências com a União (convênios para a execução do PAC) e R\$ 29,54 milhões de Operações de Créditos.

Por fim, na Gestão Ambiental foram alocados R\$ 251,68 milhões. Desse total, R\$ 199,55 milhões são provenientes da FR 104, recursos obtidos pelo ERJ devido à exploração de petróleo em seu território. Principal ação desenvolvida no ano, o projeto Transporte sobre Trilhos utilizou R\$ 150,00 milhões de recursos no processo de conclusão das obras de construção da Linha 4 do Metrô.

V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁴, FECAM²⁵ e FEHIS²⁶.

A Tabela 25 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas acumuladas em 2016.

O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base são os recursos líquidos de impostos (deduzida a transferência os municípios) deduzidos os montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECOP, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

A base para os cálculos dos índices de Educação e Saúde, proveniente de receitas tributárias, apresentaram ligeiro crescimento em relação ao mesmo período do ano passado (+4,6%). Já para os demais índices, as receitas base sofreram decréscimo. Os recursos provenientes dos royalties, que afetam diretamente o índice do FECAM apresentaram uma queda de 51,1% na receita base. Outra receita base prejudicada foi a da

Tabela 25 - Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	ATÉ 3º QUADRIMESTRE		Variação %
	2015	2016	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	34.688.846	36.277.521	4,6%
DESPESA LIQUIDADADA	9.082.346	9.108.787	0,3%
Uos	3.371.846	3.271.111	-3,0%
FUNDEB	5.710.501	5.837.677	2,2%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	8.672.211	9.069.380	4,6%
% ÍNDICE	26,2%	25,1%	-1,1%
SAÚDE			
RECEITA BASE	34.688.719	36.277.279	4,6%
DESPESA LIQUIDADADA*	4.276.989	3.754.058	-12,2%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	4.162.646	4.353.273	4,6%
% ÍNDICE	12,3%	10,3%	-2,0%
FAPERJ			
RECEITA BASE	20.750.351	15.069.333	-27,4%
DESPESA LIQUIDADADA	414.923	330.033	-20,5%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	415.007	301.387	-27,4%
% ÍNDICE	2,0%	2,2%	0,2%
FECAM			
RECEITA BASE	4.972.138	2.432.383	-51,1%
Pós-sal	3.352.339	1.261.511	
Pré-sal	1.619.799	1.170.872	
DESPESA LIQUIDADADA**	327.478	205.950	-37,1%
RP Cancelado	4.884	827	
MÍNIMO A SER APLICADO	329.597	180.163	-45,3%
% ÍNDICE	6,5%	8,4%	1,9%
FEHIS			
RECEITA BASE	3.039.597	2.883.856	-5,1%
DESPESA LIQUIDADADA	305.031	80.463	-73,6%
UOS	55.750	28.617	-48,7%
Aluguel Social	52.809	51.846	-1,8%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	303.960	288.386	-5,1%
% ÍNDICE	10,0%	2,8%	-7,2%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 anos.

²⁴ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²⁵ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²⁶ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



FAPERJ, com uma redução de 27,4%. O FEHIS por sua vez encerra o exercício com 5,1% de queda.

Uma análise apenas dos percentuais aplicados mostra panoramas distintos em relação à execução dos índices. Não foi atingido o percentual mínimo de 12% na Saúde, assim como os 10% a serem aplicados no FEHIS. Já os demais índices foram alcançados.

A crise econômica e política que se instalou no país, afetando gravemente o Estado do Rio de Janeiro, vem gerando sérias consequências na prestação de serviços públicos. A fraca atividade econômica ao longo de 2016 levou a uma baixa arrecadação nos principais tributos e, portanto, a um fluxo financeiro insuficiente para honrar os compromissos do ERJ. Isto pode ser observado claramente no ritmo de execução da despesa e no não cumprimento de alguns limites constitucionais e legais.

O índice do FECAM e da FAPERJ apresentaram percentuais de aplicação superiores aos verificados no exercício anterior, contudo isto se dá pela queda na receita base, constatando-se também uma redução das despesas liquidadas.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente, de forma a esclarecer como o Estado está aplicando obrigatoriamente tais recursos.

➤ Educação

Nesse ano, o índice Educação apontou para uma aplicação de 25,1% da receita base. Dos R\$ 9,07 bilhões a aplicar, o Estado alocou R\$ 9,11 bilhões em despesas, dos quais, R\$ 5,83 bilhões por meio dos recursos do FUNDEB. Esse valor foi ligeiramente superior ao de 2015 (+0,3%; +R\$ 26,44 milhões). No término do exercício a Função Educação atingiu o coeficiente legal de aplicação (25%), atendendo à regulamentação legal.

Analisando a aplicação dos recursos por grupo de despesa, conforme Tabela 26, observa-se que a despesa de pessoal apresentou uma redução de 8,0% (equivalente a R\$ 213,45 milhões), em parte pela antecipação das contribuições patronais ao RIOPREVIDÊNCIA ocorrida em 2015. Grande parte do gasto de pessoal é custeada com recursos da FR 215 (análise detalhada no tópico “Outras Fontes de Recursos”), recurso responsável pelo pagamento quase integral da folha de pessoal da SEEDUC.

No grupo Outras Despesas Correntes, que agrega o custeio de todas as unidades orçamentárias, pode-se observar a maior participação/alocação dos recursos que compõem o índice: aproximadamente 73% da despesa total liquidada foram alocadas para pagamento do custeio da educação, sendo que os recursos destinados ao FUNDEB responderam pela maior parcela (64,1% do total aplicado na função). Especificamente no custeio, observou-se um crescimento de R\$ 108,49 milhões (+15,5%) frente ao último ano: a SEEDUC (com R\$ 350,04 milhões em despesas executadas) e a UERJ (R\$ 191,00 milhões) foram as principais responsáveis pelo comportamento verificado. Cabe ressaltar que grande parte foi executada através de recursos da FR 105 (Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no índice.

O estudo do índice por UO permite demonstrar a distribuição da despesa do índice por unidades orçamentárias do ERJ e analisar as maiores participações ao longo do ano, conforme Tabela 27. O grau de participação das UOs em 2016 alcançou o patamar dos 35,9%. O FUNDEB representou os 64,1% das despesas restantes. Alguns destaques do ano:

- A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) atendeu e 748.544 alunos com 1.274 unidades escolares, apresentando

Tabela 26 - Aplicação na Função Educação

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2016
	JAN - DEZ			
	2015	2016		
Pessoal	2.665.957	2.452.501	-8,0%	26,9%
Outras Desp. Corrente	6.408.260	6.643.933	3,7%	72,9%
Custeio*	697.759	806.256	15,5%	8,9%
FUNDEB*	5.710.501	5.837.677	2,2%	64,1%
Investimento/Inversõ	8.129	12.354	52,0%	0,1%
TOTAL	9.082.346	9.108.787	0,3%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

Tabela 27
Distribuição na Função Educação por U.O.

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2016
	3º QUADRIMESTRE			
	2015	2016		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	1.306.101.347	1.168.144.136	-10,6%	12,8%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	165.151.302	192.010.593	16,3%	2,1%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	922.679.723	947.227.788	2,7%	10,4%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	770.131.275	760.956.071	-1,2%	8,4%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	148.871.521	151.321.670	1,6%	1,7%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distân do Est RJ	38.090.256	32.433.097	-14,9%	0,4%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	20.820.083	19.017.308	-8,7%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias**	3.371.845.506	3.271.110.663	-3,0%	35,9%
FUNDEB**	5.710.500.543	5.837.676.820	2,2%	64,1%
TOTAL DO ÍNDICE	9.082.346.049	9.108.787.483	0,3%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

participação de 12,8% na composição do índice. Com uma execução total de R\$ 1,16 bilhão (redução de 10,6%, ou seja, -R\$ 137,95 milhões frente a 2015). Desse montante, R\$ 815,02 milhões foram alocados em gastos com pessoal e R\$ 350,04 milhões foram no custeio da secretaria, montante esse justificado pela execução das despesas com vale-transporte (R\$ 62,90 milhões); serviço de transmissão de dados (R\$36,54 milhões); entre outros.

- A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com a segunda maior participação na execução do índice (10,4%), registrou aumento de R\$ 24,55 milhões (+2,7%) frente a 2015. Do valor total aplicado pela universidade, R\$ 754,65 milhões foram alocados em despesa de pessoal: R\$ 10,95 milhões foram aplicados no apoio à formação de estudantes; R\$ 27,59 milhões no apoio à residência médica; R\$ 43,56 milhões no incentivo à permanência discente (como aos cotistas e demais estudantes).
- A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) liquidou R\$ 760,95 milhões, uma pequena queda de -1,2% (-R\$ 9,17 milhões). No período, a Fundação praticamente liquidou folha de pessoal, R\$ 576,22 milhões. Do montante total pago no custeio, quase 25,0% representa a despesa realizada (R\$ 184,62 milhões).

➤ Educação - Outras Fontes de Recursos

A Tabela 28 apresenta a destinação dos recursos não provenientes do Tesouro na Função Educação (Demais Fontes de Recursos). Esses recursos foram responsáveis por montante significativo dentro do gasto total da área. No ano, a despesa total liquidada foi de R\$ 3,25 bilhões, a variação registrada de 0,01% (-R\$ 1,77 milhão).

A execução da despesa financiada pela FR 215 (FUNDEB) registrou um acréscimo de 4,5% (+R\$ 113,48 milhões) se comparada ao mesmo período de 2015. Sua participação alcançou 80,9% na Função Educação. Basicamente, os gastos são oriundos da folha de pessoal, atingindo o montante de R\$ 2,63 bilhões gastos com pagamento dos profissionais da educação.

Tabela 28 - Demais Fontes de Recursos

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Variação %	Participação em 2016
	JAN - DEZ			
	2015	2016		
FUNDEB (FR 215)	2.520.593.954	2.634.081.619	4,5%	80,9%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 105)	470.180.467	405.213.003	-13,8%	12,4%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 224)	92.628.615	73.576.271	-20,6%	2,3%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	56.449.854	38.445.422	-31,9%	1,2%
SUS (FR 225)	41.361.816	31.562.300	-23,7%	1,0%
TRANSF. INTRAOR. (218) Convênio TCE/TI/SEAP/DEGASE	-	40.000.000	-	1,2%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 111)	34.879.618	-	-100,0%	0,0%
CONVÊNIOS (FR 212)	40.376.995	34.179.728	-15,3%	1,0%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (98)	2.357.683	-	-100,0%	0,0%
TOTAL	3.258.829.003	3.257.058.343	-0,1%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

Neste último quadrimestre, a FR 215 aplicou no custeio R\$ 195,88 milhões recursos locados em benefícios concedidos aos docentes (R\$ 120,37 milhões em auxílio alimentação, e R\$ 75,50 milhões em auxílio transporte).

A FR 105 (Salário Educação), apesar do decréscimo de 13,8% (-R\$ 64,96 milhões), representa a segunda maior participação dos recursos não provenientes do Tesouro dentro da função. R\$ 405,21 milhões foram aplicados em 2016, atendendo na sua maioria o custeio da SEEDUC (R\$ 400,18 milhões): a maior parcela, R\$ 211,40 milhões, foi alocada na Nutrição Escolar.

As despesas liquidadas por meio das Transferências Legais recebidas da União (FR 224) apresentaram variação negativa de 20,6% (-R\$ 19,05 milhões), totalizando R\$ 73,57 milhões. Foram aplicados na Secretaria de Educação R\$ 71,80 milhões (basicamente no programa de alimentação). Na FAETEC foi alocado R\$ 1,71 milhão (pagamento de bolsas-auxílio de professores e alunos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-PRONATEC).

As despesas financiadas pelo SUS (FR 225) sofreram um decréscimo de 23,7% (-R\$9,79 milhões) em 2016, fato que contribuiu para redução das atividades desenvolvidas no Hospital Pedro Ernesto. Observou-se em 2016 repasses inferiores quando comparados ao mesmo período de 2015. Em função da dificuldade financeira, a UERJ direcionou R\$ 31,56 milhões à operacionalização do Hospital Universitário.

➤ SAÚDE

Tabela 29 - Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

Em R\$

No exercício de 2016, a aplicação de recursos em ações direcionadas à rede de Saúde Pública do ERJ registrou o montante de R\$ 3,75 bilhões. Em relação ao ano anterior, o valor aplicado foi menor em 12,2%, -R\$ 522,93 milhões, conforme demonstrado na Tabela 29.

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2016
	JAN A DEZ			
	2015	2016		
Pessoal	1.059.039.295	1.002.896.079	-5,3%	26,7%
Outras Desp. Correntes	3.184.597.410	2.673.722.633	-16,0%	71,2%
Investimento/Inversões	27.256.402	73.395.453	169,3%	2,0%
Amortização da Dívida	6.095.665	4.043.360	-33,7%	0,1%
TOTAL	4.276.988.771	3.754.057.525	-12,2%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 23/02/2017.

Destaca-se a participação no grupo de despesa de Outras Despesas Correntes na execução do índice, com 71,2% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde, apesar da queda de 16,0% (-R\$ 510,87 milhões) frente 2015.

A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo até o terceiro quadrimestre de 2016 será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas:

1- Assistência Ambulatorial e Hospitalar – investiu-se R\$ 960,81 milhões direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme demonstrado na Tabela 30.

2- Operacionalização das UPA's 24 horas Estaduais – aplicação de R\$ 230,31 milhões. A Tabela 31 apresenta o detalhamento da despesa por Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

3- Fortalecimento do Programa de Apoio aos Hospitais Integrantes do SUS – PAHI: despesa realizada de R\$ 171,02 milhões, na qual foram repassados R\$ 83,71 milhões através de contribuições por transferências Fundo a Fundo e o restante foi realizado a título de Despesas de Exercícios Anteriores.

4- Fomento à Expansão e à Qualificação da Atenção Básica nos Municípios: gastos de R\$ 150,13 milhões, nos quais foram repassados R\$ 75,06 milhões através de contribuições por transferências Fundo a Fundo e o restante foi realizado como Despesas de Exercícios Anteriores.

No grupo Investimento/Inversões foi constatado um acréscimo de 169,3% (+R\$ 46,14 milhões) em relação ao ano anterior. Do montante de R\$ 73,40 milhões liquidados em investimentos, R\$ 60 milhões foram direcionados para o apoio a entes para Ações de Saúde e R\$ 11,84 milhões para a Construção, Reforma e Aparelhamento das Unidades de Saúde.

Tabela 30 - Repasse para OS's

Em
Milhões R\$

REPASSÉ PARA AS OS's - 2016		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A DEZ
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	33,25
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	66,84
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	154,55
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	33,08
HOSPITAL ESTADUAL DOS LAGOS NOSSA SENHORA DE NAZARETH	MESQUITA	9,04
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	168,35
HOSPITAL DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	2,00
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	132,16
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	55,70
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	100,34
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	12,50
INSTITUTO de ATENÇÃO BÁSICA e AVANÇADA à SAÚDE	BARRA DA TIJUCA	14,57
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	25,28
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ERJ	58,78
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	39,18
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	23,49
DEMAIS HOSPITAIS NÃO ESPECIFICADOS		51,48
CANCELAMENTO EM DIVERSOS HOSPITAIS		-19,78
TOTAL REPASSADO		960,81

Fonte: Flexivision

Obs: Dados extraídos em 23/02/2017.

*Os dados foram ajustados devido a lançamentos em PT's divergentes.

No grupo de Pessoal, verificou-se uma queda no gasto (-5,3%, ou seja, -R\$ 56,14 milhões) em relação ao ano passado. Um reflexo dos ajustes realizados ao longo dos meses com o objetivo de reequilibrar as contas do ERJ devido à diminuição considerável de orçamento.

A análise por unidade orçamentária do ERJ evidencia a alocação de recursos conforme demonstrado na Tabela 32.

Tabela 32 - Distribuição do Índice por UO

Em R\$

DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO				
UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	JAN A DEZ		Variação %	Participação em 2016
	2015	2016		
FES - Fundo Estadual de Saúde	3.763.164.179	3.415.576.039	-9,2%	91,0%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	339.115.753	311.167.670	-8,2%	8,3%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	53.850.238	27.313.816	-49,3%	0,7%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	120.858.601	0	-100,0%	0,0%
TOTAL DO ÍNDICE	4.276.988.771	3.754.057.525	-12,2%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 23/02/2017.

O Fundo Estadual de Saúde (FES), mesmo sendo o grande responsável pela execução no período (91%, R\$ 3,41 bilhões), apresentou um decréscimo (-9,2%, ou seja, R\$ 347,59 milhões) frente ao executado em 2015, devido à grave crise financeira deflagrada nesse exercício.

O destaque na variação da execução por Unidade Orçamentária foi a SES (UO 2901). Essa unidade orçamentária não teve execução orçamentária nesse exercício por conta do remanejamento do orçamento de três importantes projetos de trabalho da Secretaria de Estado de Saúde – SES – para o FES (UO 2961); a dotação inicial e atual dessa UO em valores anuais bem reduzidos (R\$ 21.000 e R\$867,00 respectivamente).

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um leve decréscimo em relação a 2015: variação negativa de R\$ 27,95 milhões (-8,2%). A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) diminuíram em R\$ 26,54 milhões (-49,3%) em relação ao ano anterior, refletindo a baixa execução orçamentária deste exercício de 2016. Sua participação na

Tabela 31 - UPA's por OS do ERJ em 2016

Em R\$

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	VALORES REPASSADOS
	JAN A DEZ
SÃO GONÇALO I	9.770.029
MESQUITA	6.893.031
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	7.040.398
SÃO GONÇALO II	7.740.913
NOVA IGUAÇU II	8.906.018
CAMPOS dos GOYTACAZES	7.033.514
SÃO PEDRO DA ALDEIA	8.687.126
CAXIAS II	4.711.312
ITABORAÍ	12.917.787
BOTAFOGO	8.749.676
ENGENHO NOVO	4.852.387
ILHA DO GOVERNADOR	4.517.060
PENHA	6.189.404
COPACABANA	11.769.950
JACAREPAGUÁ	10.536.494
MARÉ	8.355.096
QUEIMADOS	9.910.901
TIJUCA	12.154.795
IRAJÁ	5.076.063
NOVA IGUAÇU I	4.069.504
BANGU	8.533.621
NITERÓI	8.724.478
CAMPO GRANDE II	11.043.066
CAXIAS I	7.558.986
MARECHAL HERMES	13.976.602
REALENGO	7.245.060
RICARDO DE ALBUQUERQUE	6.928.754
SANTA CRUZ	8.253.274
MAGÉ	7.566.225
CAMPO GRANDE I	7.850.300
UPA's NÃO ESPECIFICADAS	15.335.453
Cancelamento em UPA's DIVERSAS	- 32.586.119
TOTAL REPASSADO	230.311.155

Fonte: FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 23/02/2017.

*Os dados foram ajustados devido a lançamentos em PT's divergentes.

execução do índice foi de 0,7% das aplicações e seus gastos com recursos do Tesouro foram direcionados à manutenção de seu órgão e quadro de pessoal (R\$ 22,47 milhões), Desenvolvimento Tecnológico, Produção Industrial e Distribuição de Medicamentos (R\$ 2,56 milhões) e Realização de Estudos sobre Envelhecimento (R\$ 1,18 milhão), dentre outras despesas de menor vulto.

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes (Não Tesouro), valores esses não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional.

No acumulado do ano, as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 225) foram o grande destaque de aplicação na função em relação a 2015: variação positiva de 23,1%; +R\$ 160,07 milhões. Esse aumento das despesas financiadas com a fonte do SUS provém da substituição do uso dessa fonte nos programas de trabalho diante da escassez de fonte tesouro devido à crise econômica que se encontra o ERJ. Do montante de R\$ 853,23 milhões executados na FR 225, R\$ 393,81 milhões foram direcionados para a Assistência Ambulatorial e Hospitalar; R\$ 232,98 milhões foram aplicados na Operacionalização das UPA's 24hs Estaduais; R\$ 48,48 milhões foram para a Assistência Pré-Hospitalar Móvel de Urgência e Emergência (SAMU); R\$ 45,96 milhões para a Assistência em Unidade de Tratamento Intensivo para crianças no período neonatal; dentre outras despesas menores. A Tabela 33 detalha a alocação de tais recursos.

Tabela 33 - Distribuição da Função Saúde nas Fontes Não Tesouro

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE		Variação %	Participação em 2016
	JAN A DEZ			
	2015	2016		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	181.529.678	142.101.040	-21,7%	14,3%
SUS (225)	693.162.123	853.228.520	23,1%	85,6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 111)	10.347.376	884.855	-91,4%	0,1%
CONVÊNIOS (FR 212)	2.432.021	617.264	-74,6%	0,1%
CONVÊNIOS (FR 19)	7.522.974	0	-100,0%	0,0%
OUTRAS RECEITAS DA ADM. INDIRETA (FR 98)	15.000	0	-100,0%	0,0%
TOTAL	895.009.172	996.831.679	11,4%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 23/02/2017.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 330,03 milhões em 2016, valor esse 20,5% inferior ao mesmo período de 2015. O cenário econômico de forte recessão que persiste obrigou o ERJ a proceder com medidas de redução dos gastos. A despesa liquidada pela Fundação representou 2,2% da receita base do índice. A Tabela 34 demonstra a execução do índice nas principais ações do ano.

- A ação “Apoio a Estudantes e Pesquisadores” contribuiu positivamente para a execução do índice em 2016. O montante utilizado em 2016 representou um aumento de 48,8% (+R\$ 36,54 milhões) ante 2015. O projeto alocou R\$ 111,36 milhões para atender as demandas dos alunos através de bolsas e auxílios por meio de recursos do Tesouro.
- O projeto “Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas” gerenciado pela FAPERJ executou R\$ 32,64 milhões no ano (+26,8%; +R\$ 6,89 milhões ante 2015). A ação concentra esforços na concessão de auxílios diversos, abrangendo despesas de diversos itens essenciais - desde a aquisição de material permanente e de consumo para realização de projetos acadêmicos.
- Através da UERJ, a FAPERJ alocou R\$ 30,64 milhões no ano para a realização de dois programas de alta relevância: PROATEC e PROCIÊNCIA. Esses programas foram concebidos como ações de fomento destinadas a atingir três objetivos básicos: a fixação de pesquisadores; o incentivo à produção científica, técnica e artística; e estímulo à interação entre os vários grupos de pesquisadores. A bolsa é paga por intermédio de um convênio de cooperação técnica UERJ/FAPERJ.
- O índice, através da Fundação CECIERJ, alocou no período R\$ 21,32 milhões atendendo aos auxílios financeiros de incentivo à docência, tutoria, pré-vestibular social e cursos de graduação à distância.

Em relação às despesas cobertas pelas Outras Fontes, o índice apresentou expressiva redução de R\$ 30,29 milhões ante 2015. Essa queda é decorrente da não destinação desses recursos ao

Tabela 34 – Execução Orçamentária Fonte Tesouro FAPERJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FUNTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2015	2016	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	74.821.029	111.363.416	48,8%
Fomento à Inovação Tecnológica	108.328.882	73.567.419	-32,1%
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	25.750.091	32.645.942	26,8%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ	26.526.278	30.647.285	15,5%
Apoio à Pesquisa na Administração Pública Estadual	37.950.400	30.356.381	-20,0%
Fomento à Formação Superior à Distância - CECIERJ	18.964.125	21.329.276	12,5%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UENF	11.283.461	10.003.147	-11,3%
Pessoal e Encargos Sociais	7.734.418	7.743.871	0,1%
Promoção de Intercâmbio para Estudo e Pesquisa	-	4.867.603	
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	1.848.518	2.881.613	55,9%
Interiorização do Acesso à Graduação Tecnológica	-	2.675.389	
Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública	1.994.408	1.943.278	-2,6%
Prestação de Ser. entre Órgãos Estaduais/ Aquis Comb. e Lubrif.	25.438	5.854	-77,0%
Despesas Obrigatórias de caráter Primário	29.072	2.346	-91,9%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	53.120	-	-100,0%
Nova sede da FAPERJ	3.093.144	-	-100,0%
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	1.174.470	-	-100,0%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	71.265.050	-	-100,0%
Fomento para Estudos e Pesquisa da UEZO	24.081.328	-	-100,0%
TOTAL	414.923.233	330.032.820	-20,5%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

Tabela 35 – Execução Orçamentária Outras Fontes FAPERJ

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2015	2016	
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	-	536.337	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	969.750	221.212	-77,2%

Tabela 36 - Execução Descentralização da FAPERJ

DESCENTRALIZAÇÃO DA FAPERJ	JAN A DEZ		Variação %
	2015	2016	
Unidade Gestora			
UERJ	26.526.278	30.647.285	15,5%
CECIERJ	18.964.125	21.329.276	12,5%
UENF	11.283.461	10.003.147	-11,3%
SECTI	-	2.675.389	
FAETEC	11.643.781	-	
UEZO	24.081.328	-	-100,0%
TOTAL	92.498.973	64.655.097	-30,1%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 22/02/2017

FATEC (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico) em 2016, conforme demonstrado na Tabela 35. Foram desembolsados no ano R\$ 764,73 mil através de recursos de convênios.

Por fim, a Tabela 36 apresenta o demonstrativo da execução da FAPERJ em 2016 pelas unidades gestoras na aplicação dos recursos do Tesouro no atendimento aos auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores.

➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, possui recursos originários da exploração do petróleo (5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do óleo e gás do ERJ e de 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal).

No exercício de 2016, o Fundo liquidou R\$ 206,78 milhões, 8,4% da receita base do índice. As despesas foram custeadas com recursos da Fonte 104 (Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo). Frente a 2015, constatou-se uma redução de 37,8% (- R\$ 125,59 milhões) no grau de execução, devido a atual crise financeira que atravessa o Estado.

A Tabela 37 apresenta os principais projetos desenvolvidos com recursos do Fundo, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

Dentre os projetos desenvolvidos, destaca-se o Transporte sobre Trilhos com a conclusão das obras da Linha 4 do Metrô (Barra – Ipanema), compromisso olímpico firmado pelo Governo do Estado, uma execução de R\$ 150 milhões, 79,1% do total gasto pelo Fundo.

Ainda no âmbito dos gastos efetuados pelo FECAM vale ressaltar o papel do Instituto Estadual de Ambiente – INEA que tem se empenhado na realização de estudos, com a finalidade de desenvolver projetos com o intuito de intervir corretiva e preventivamente minimizando o risco de inundações, além de proteger e restaurar a integridade ecológica das margens e dos

Tabela 37 - Índice FECAM

ORGÃO EXECUTOR	AÇÃO / INVESTIMENTOS	Em R\$ 3º QUADRIMESTRE
CEDAE	1197 - Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	613.951
	1198 - Ampliação do Esgotamento Sanitário da Zona Oeste	2.416.040
PESAGRO	5463 - Proteção da Biodiversidade e dos Sistemas Florestais	323.347
SEA	5453 - Implantação de Sistemas de Tratamento de Esgoto	74.926
	5454 - Gestão de Resíduos Sólidos	1.211.921
INEA	1016 - Retirada do Lixo Flutuante da Baía de Guanabara	13.171.421
	1526 - Monitoramento da Qualidade Ambiental	2.539.213
	5389 - Operação e Análise dos Dados da Rede Hidrometeorológica	2.424.221
	5410 - Realização de Intervenções para Mitigação de Inundações	29.450.662
	5452 - Desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Ambiental	1.637.091
	5453 - Implantação de Sistemas de Tratamento de Esgoto	99.640
5459 - Revitalização dos Corpos Hídricos	2.813.855	
RIOTRILHOS	3944 - Transporte sobre Trilhos	150.000.000
TOTAL GERAL		206.776.288

Fonte : SIAFE-Rio / Flexvision
Dados Extraídos em 22/02/20176

principais corpos d'água do ERJ. Um investimento de R\$ 29,45 milhões.

Exemplificando essa atuação do INEA temos O Projeto Iguaçu, que vem sendo realizado desde 2007, visando a recuperação ambiental e o controle de inundações nas bacias hidrográficas dos rios Sarapuí, Botas e Iguaçu, reduzindo a ocorrência e gravidade das enchentes na Baixada Fluminense. São beneficiados os municípios de Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti, Belford Roxo, Nova Iguaçu, Duque de Caxias e o bairro Bangu na cidade do Rio de Janeiro.

Até aí se atingiu 86,8% da despesa executada pelo Fundo, em 2016. Restando ainda outras pequenas despesas como a Retirada do Lixo Flutuante da Baía de Guanabara, importante ação para a realização dos jogos olímpicos, para isso foi necessário a intensificação na operação de ecobarcos e a construção de novas ecobarreiras, a fim de reter o lixo pesado ali despejado. Foram utilizados R\$ 13,17 milhões na ação.

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é composto por parte dos recursos arrecadados pelo Estado com o FECP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza), recursos esses direcionados a realização de ações na área da habitação. Em 2016, as despesas custeadas com FEHIS registraram R\$ 80,46 milhões.

A Tabela 38 apresenta os principais projetos, os órgãos executantes e o montante liquidado pelo ERJ.

Tabela 38 - Índice FEHIS

ORGÃO EXECUTOR	AÇÃO / INVESTIMENTOS	3º QUADRIMESTRE
SEOBRAS	1830 - Apoio à Urbanização de Comunidades - FEHIS	1.711.942
ITERJ	1119 - Cooperação Técnico-Financeira BNDES/ITERJ	88.964
	2710 - Regularização Fundiária de Interesse Social	1.036.621
	2712 - Apoio ao Fomento Socioprodutivo dos Assentamentos Rurais e Urbanos	947.626
SEH	8185 - Realocação de Moradores de Áreas de Risco e Insalubres	1.049.669
CEHAB	3526 - Produção de Unidades Habitacionais	1.232.175
	3529 - Recuperação de Conjuntos Habitacionais	5.027.592
	3530 - Urbanização de Assentamentos Irregulares	15.242.047
	3932 - Projetos Habitacionais a cargo do FNHIS	33.133
SEASDH	1579 - Concessão de Aluguel Social	51.845.995
LEÃO XIII	8186 - Manutenção das Vilas da Melhor Idade	2.246.817
TOTAL GERAL		80.462.582

Fonte : SIAFE-Rio / Flexvision
Dados Extraídos em 22/02/2017

- A SEASDH foi responsável pela execução de 64,4% (R\$ 51,84 milhões) dos recursos aplicados, por meio da ação social de concessão de aluguéis sociais para famílias residentes nos municípios de Niterói, São Gonçalo, para aquelas residentes na Região Serrana e as famílias residentes da comunidade de Manguinhos. A ação consiste no benefício financeiro assistencial temporário e emergencial, disponibilizado com o intuito de atender a remoção de



famílias que estão alocadas em áreas de risco ou desabrigadas por razão de calamidade pública.

- A Companhia Estadual de Habitação - CEHAB teve importante destaque com as ações de urbanização de assentamentos irregulares. Tais medidas consistem na melhoria de condições de habitação das famílias moradoras de assentamentos precários, com ações, obras e serviços que visaram proporcionar a superação das precariedades desses assentamentos, incorporando-os à cidade formal. Foram investidos R\$ 21,53 milhões, 26,8% dos recursos do Fundo.
- Os demais recursos disponíveis para aplicação (aproximadamente R\$ 7,81 milhões) foram utilizados em outras pequenas ações, dentre elas a manutenção das Vilas da Melhor Idade, projeto que consiste em proporcionar moradias totalmente adaptadas à população idosa de baixa renda (R\$ 2,24 milhões foram direcionados para esse fim).

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A programação da cota financeira em 2016 foi impactada pela grave crise financeira que o Estado atravessa.

Como o objetivo prioritário do governo estadual foi o pagamento de folha de pessoal, a evolução da liberação das cotas financeiras para o pagamento das obrigações relativas a custeio e investimento sofreram ajustes.

As cotas liberadas no ano de 2016 representaram 79,0% das despesas liquidadas e desse total, 96,0% foram utilizadas. No que se refere ao pagamento, 82,7% das cotas utilizadas foram pagas.

Com relação as Programações de Desembolso (PD), as áreas prioritárias de educação e assistência social consumiram 98,1% e 97,0% das cotas liberadas, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 40.

Em 2016, o Tesouro Estadual pagou 82,7% das PDs emitidas.

Tabela 39

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2016

R\$ Milhões

DESP. LIQUIDADADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
4.836	3.822	3.668	3.033
(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
79,0%	75,8%	96,0%	82,7%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até dez/2016

Tabela 40

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ DEZEMBRO DE 2016 POR ÁREAS

R\$ MILHÕES

ÁREAS	DESP. LIQUIDADADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
EDUCAÇÃO	254	79	77	71
SAÚDE	2.100	1.716	1.638	1.214
SEGURANÇA	285	264	233	171
ASSISTÊNCIA SOCIAL	205	131	127	94
DEMAIS ÁREAS	1.993	1.632	1.591	1.483
TOTAL GERAL	4.836	3.822	3.668	3.033

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até DEZ/2016

ÁREAS	(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
EDUCAÇÃO	31,0%	30,4%	98,1%	92,2%
SAÚDE	81,7%	78,0%	95,5%	74,1%
SEGURANÇA	92,7%	81,9%	88,4%	73,3%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	64,0%	62,1%	97,0%	73,7%
DEMAIS ÁREAS	81,9%	79,9%	97,5%	93,2%
TOTAL GERAL	79,0%	75,8%	96,0%	82,7%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até DEZ/2016

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento no terceiro quadrimestre foi de 17 dias. Grande parte dos pagamentos, cerca de 78,8%, ocorreu em até 20 dias. Os pagamentos de 21 até 30 dias representaram 6,6% do total e acima de 30 dias, 14,6%.

VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 19 concessionárias.

Considerando o faturamento de 2016, por meio do SIPC, foram registrados até o presente momento R\$ 374,70 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais, dos quais foram adimplidos R\$ 751 mil.

VI.3.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla, especificamente), no 3º quadrimestre de 2016, verifica-se uma redução global de 23% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, de janeiro a dezembro de 2016, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 37,26 milhões, sendo R\$ 33,4 milhões de demanda contratada e R\$ 3,84 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

Gráfico 13

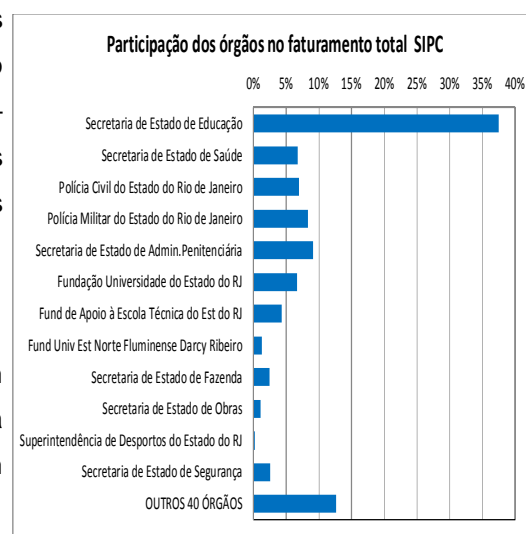
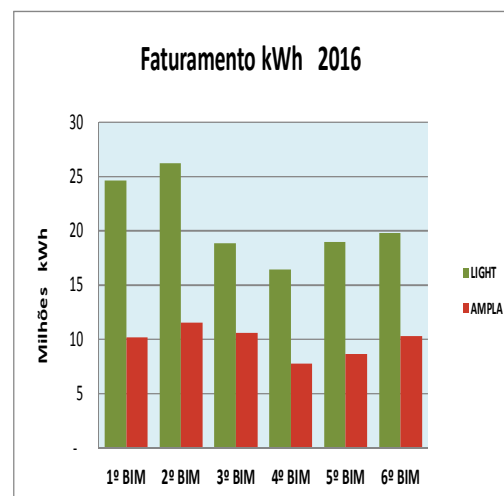


Gráfico 14



No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a dezembro de 2016 a média do faturamento foi de R\$ 1,31 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 134,83 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2016 somou R\$ 86,18 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 3º quadrimestre de 2016, foram faturados R\$ 32,94 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 61,7 % deste total.

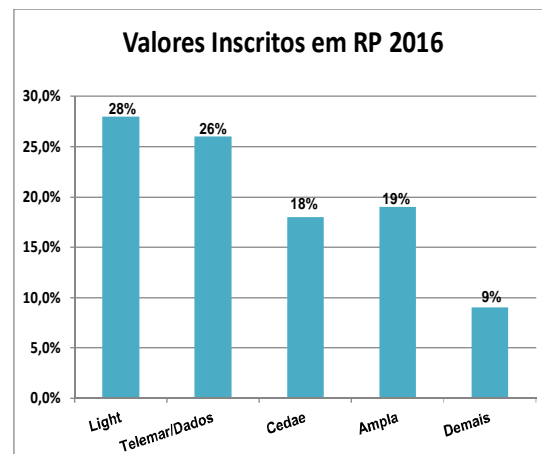
No que tange aos Restos a Pagar (RP) de 2016, foram inscritos R\$ 253,41 milhões a favor das concessionárias de serviços essenciais. Ressalta-se que a maior parte deste total (72%) foram de serviços prestados pela LIGHT, TELEMAR/DADOS e AMPLA.

Tabela 41 - Fat. Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil	1º Quadrim/16	2º Quadrim/16	3º Quadrim/16
FAVORECIDOS			
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	82	104	125
ÁGUAS DE NITERÓI	2.290	2.150	2.322
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	210	214	190
ÁGUAS DO IMPERADOR	210	195	201
ÁGUAS DO PARAÍBA	2.598	2.459	2.792
CEDAE	20.594	19.576	20.312
FÓZ ÁGUAS	6.952	6.376	5.690
C. ÁGUAS DE JUTURNÁIBA	253	278	313
PROLAGOS	346	323	430
SAAE/B. MANSÁ	189	196	201
SAAE/V. REDONDA	338	364	362
Total Faturado	34.062	32.236	32.939

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

Gráfico 15





VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento as regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Porém, com a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 147, de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se um fundo de reserva para garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Assim, em dezembro de 2013, utilizando os recursos provenientes dos depósitos judiciais, o Estado pode quitar todos os precatórios pendentes até o orçamento de 2013.

Em 2014 e 2015, o Estado se manteve adimplente com os precatórios, pois quitou tempestivamente os precatórios inscritos para aqueles exercícios orçamentários.

No ano de 2016, o Estado do Rio de Janeiro não desembolsou recursos para pagamento dos precatórios, devido à profusão de decisões judiciais impetradas contra o Estado para pagamento de salário do funcionalismo público, em sua maioria, e de bloqueio de valores por execução de contragarantia contratual de dívida estadual, cujo valor total supera R\$ 8 bilhões, que prejudicaram a administração do caixa estadual, inclusive impedindo seu acesso por 47 dias corridos consecutivos ao longo do ano. Tais decisões judiciais não apenas afetaram a Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), mas também as demais contas do Estado, inclusive contas de terceiros como de operações de crédito. Ainda, o desenquadramento do Fundo de Reserva impossibilitou a utilização dos depósitos judiciais.

No 3º quadrimestre de 2016, foram realizados pagamentos de precatórios pelo Tribunal Regional do Trabalho, que totalizaram R\$ 31,80 milhões, com saldo financeiro repassado pelo Estado em anos anteriores.

Assim, no ano de 2016, somando-se os pagamentos realizados pelo Tribunal de Justiça e Tribunal Regional do Trabalho, foram pagos 19 precatórios no montante de R\$ 35,76 milhões.

A maior parte dos precatórios inscritos para o orçamento de 2016 ficou pendente de pagamento.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 3º quadrimestre de 2016, não foram depositadas requisições de pequeno valor pelo Tesouro Estadual.

No entanto, no mês de dezembro, foram regularizadas pela UG 370200 – EGE/SEFAZ despesas de RPV's quitadas mediante sequestro nas contas do Estado, no valor total de R\$ 703,23 mil.

No ano de 2016, o total desembolsado com requisições de pequeno valor foi de R\$ 5,51 milhões, somando-se os depósitos realizados pelo Tesouro Estadual e regularizações de sequestros.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições judiciais de pagamento, por seu valor ser de até 20 vezes o salário mínimo, conforme a Lei nº 7.507, de 29 de dezembro de 2016, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Assim, no 3º quadrimestre de 2016, somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, o valor total dos pagamentos foi de R\$ 32,50 milhões.

No ano de 2016, o total de pagamentos de precatórios e requisições de pequeno foi de R\$ 41,27 milhões.

VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 3º quadrimestre de 2016, R\$ 1,83 bilhão com o serviço da dívida²⁷. A importância desembolsada foi 68,2% superior ao valor pago no quadrimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço da dívida externa, que foi 225,7% superior ao pago no 2º quadrimestre, devido ao volume de contratos com vencimento neste período.

Gráfico 16

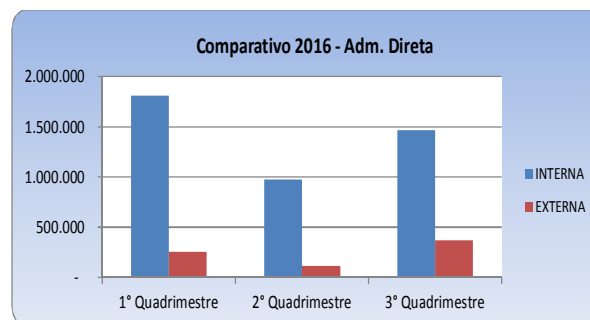


Tabela 42

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							
	2º Quad. 2016			3º Quad. 2016			Δ % do total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	354.893	734.359	1.089.252	811.689	1.020.254	1.831.943	68,18%
INTERNA	310.671	665.603	976.274	572.611	891.383	1.463.994	49,96%
EXTERNA	44.222	68.756	112.978	239.078	128.871	367.949	225,68%
ADM. INDIRETA HONRADA	-	-	-	1.469	165	1.634	-
TOTAL	354.893	734.359	1.089.252	813.158	1.020.420	1.833.577	68,33%

Em 2016, R\$ 3,36 bilhões em dívida vencida e não paga pelo Estado do Rio de Janeiro foram bloqueados, com o objetivo de cumprimento de execução de contragarantia contratual.

Em 2016, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 4,98 bilhões. Destes, R\$ 2,62 bilhões (52,6% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, apresentando uma redução de R\$ 2,20 bilhões em relação a 2015. Essa redução deu-se em função do parcelamento, em 24 vezes, das prestações de abril, maio e junho de 2016, assim como, a suspensão do pagamento das prestações de julho a dezembro, do Contrato de Refinanciamento ao Amparo da Lei nº 9.496/97²⁸.

No tocante aos pagamentos da dívida extralimite, verifica-se aumento de 9,3% em relação ao exercício anterior. Esse aumento foi influenciado pelo início das amortizações dos contratos firmados junto

²⁷ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

²⁸ A autorização do parcelamento e da suspensão do pagamento consta na decisão da Medida Cautelar em Mandado de Segurança nº 34.137 do Superior Tribunal Federal

ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (PRODESF II - Programa de Desenvolvimento Social, Econômico e de Sustentabilidade do E.R.J. II e PROHDUMS - Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável) e a Corporação Andina de Fomento (PROVIAS - Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do E.R.J. e Arco Metropolitano). Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representou 14,5% do total de serviço pago no ano.

Além disso, no ano de 2016, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada, com recursos do Tesouro Estadual,²⁹ alcançou R\$ 4,82 milhões, 72,7% inferior em relação ao exercício de 2015³⁰.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 3º quadrimestre de 2016, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 107,06 bilhões, 4,1% maior que no quadrimestre anterior.

O estoque da dívida interna cresceu 2,4%, quando comparado ao mês de dezembro de 2015. Parte desse aumento é justificado pela variação do IGP-DI³¹.

²⁹ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

³⁰ Em 2016, a dívida da Administração Indireta das entidades que não possuem recursos próprios não foi totalmente honrada pelo Tesouro Estadual.

³¹ O contrato de Assunção de Dívidas do BERJ, segundo maior contrato do Estado, é corrigido pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 3º quadrimestre fechou em 0,9% (IGP-DI de set/16 a dez/16) e nos últimos 12 meses (de jan/16 a dez/16) em 7,1.

Tabela 43

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL					
	dez/15	ago/16	dez/16	Δ % no ano	Δ % no Quad.
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	107.140.570	102.877.150	107.059.302	-0,08%	4,07%
INTERNA	92.623.915	90.519.718	94.822.310	2,37%	4,75%
STN	69.601.119	68.822.178	72.853.612	4,67%	5,86%
BNDES	6.980.134	7.551.335	7.605.249	8,96%	0,71%
B. BRASIL	12.139.085	10.207.004	10.405.917	-14,28%	1,95%
CAIXA	1.916.060	1.986.242	1.976.617	3,16%	-0,48%
CREDIT SUISSE	660.701	660.701	686.837	3,96%	3,96%
BTG PACTUAL	492.865	492.865	513.743	4,24%	4,24%
INSS	1.181	-	-		
SRF	832.770	799.394	780.335	-6,30%	-2,38%
MUNICÍPIOS DO E.R.J.	-	-	-	-100,00%	0,00%
EXTERNA	14.381.692	12.219.450	12.116.038	-15,75%	-0,85%
BID	1.044.383	912.359	946.594	-9,36%	3,75%
BIRD	9.392.684	7.859.619	7.810.523	-16,84%	-0,62%
CAF	2.205.190	2.004.412	1.949.644	-11,59%	-2,73%
AFD	1.540.444	1.278.298	1.285.715	-16,54%	0,58%
JBIC	193.045	159.905	118.713	-38,50%	-25,76%
Mobiliária	5.947	4.856	4.849	-18,47%	-0,14%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	134.963	137.982	120.954	-10,38%	-12,34%
DÍVIDA FINANCEIRA	107.140.570	102.877.150	107.059.302	-0,08%	4,07%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	35.572.453	39.150.609	36.009.429	1,23%	-8,02%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	3,01	2,63	2,97	-1,29%	13,14%

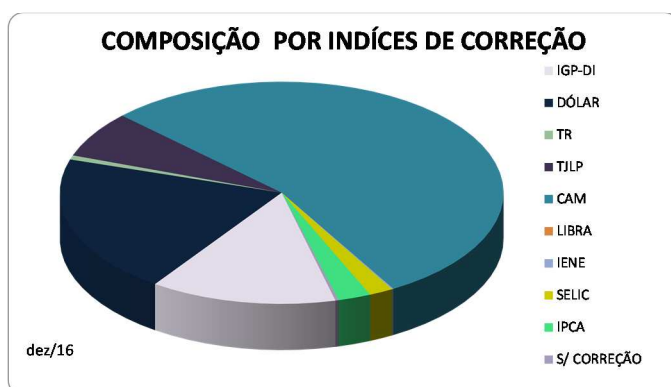
Valores a preços correntes.

(*) Valor de Dez/16 provisório.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 11,3% do total da dívida financeira, encerrou o 3º quadrimestre de 2016 com saldo de R\$ 12,16 bilhões, ou seja, 15,7% inferior ao final de 2015, consequência da amortização de operações de crédito e da valorização do real frente ao dólar³².

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o exercício de 2015 em R\$ 120,95 milhões, representando uma redução de 12,3% em relação ao saldo verificado no quadrimestre de 2016.

Gráfico 17



³² A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de dezembro de 2016 foi de 3,2591. Ou seja, 16,5% inferior à cotação do dia 31 de dezembro de 2015 que foi de 3,9048.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 80,4% do estoque. Desse montante, 70,3% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 6,0%.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo³³ representam 6,5%, e desse percentual, apenas 2% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2024 o serviço a pagar apresenta crescimento. No exercício seguinte, 2025, o serviço entra em trajetória de queda, ressaltando uma queda de 30% no serviço fixo de 2028 para 2029 devido ao encerramento do Contrato de Assunção de Dívidas do BERJ. A partir de 2029, o serviço fixo passa a ser composto, basicamente, pelo Contrato de Refinanciamento da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico 18 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis, em média são de 18,96%, alcançando seu máximo no ano de 2030. O Gráfico 19 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, mesmo com a contratação de novas operações de crédito, interna e externa, ao longo dos anos, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização³⁴ e ao prazo médio de repactuação³⁵, estes atingiram 9,6 anos e 12,8 anos, respectivamente.

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

³³ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

³⁴ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas.

³⁵ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

Tabela 44

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Préfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	841.920	0,98%	0,79%
2,1 - 4	155.825	0,18%	0,15%
4,1 - 6	75.266.164	87,44%	70,30%
acima de 6,1	9.815.547	11,40%	9,17%
Subtotal	86.079.456	100,00%	80,40%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	9.538.338	45,46%	8,91%
2,1 - 4	1.949.644	9,29%	1,82%
4,1 - 6	9.491.864	45,24%	8,87%
Subtotal	20.979.846	100,00%	19,60%
Total	107.059.302		100,00%

Gráfico 18

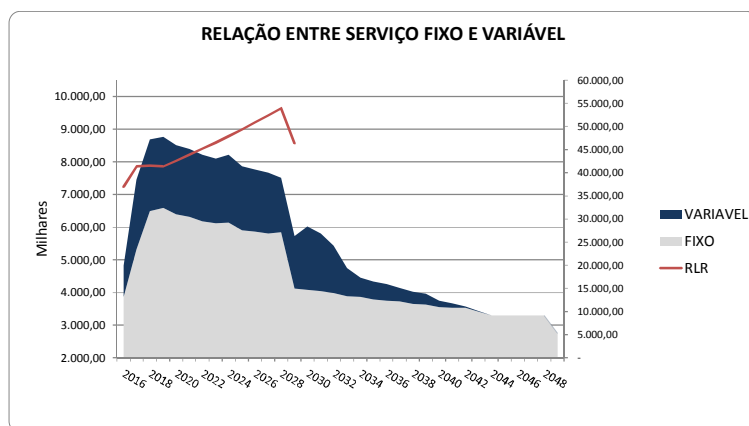
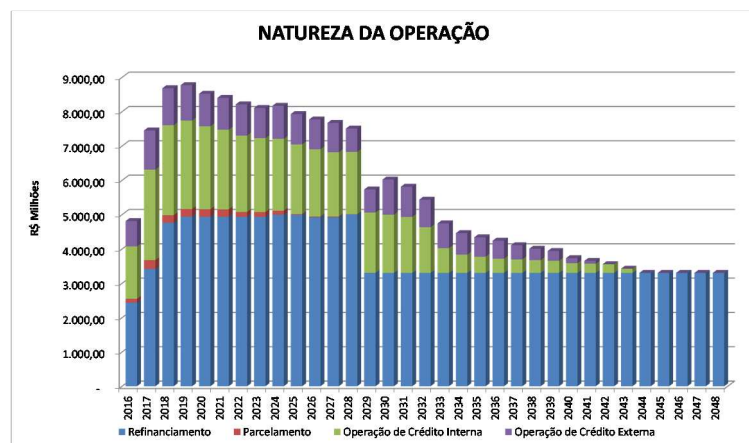


Gráfico 19



A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 45

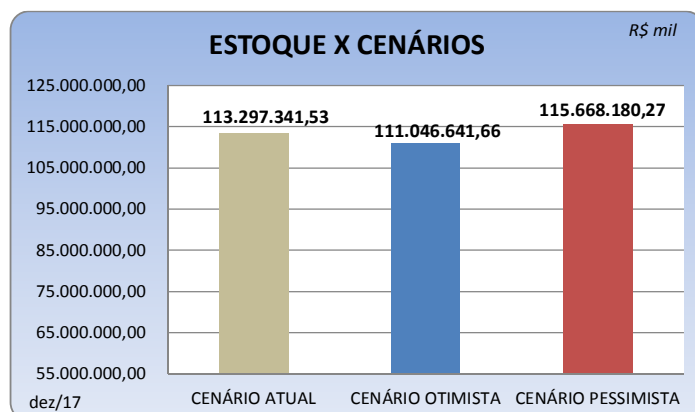
CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	12,52%	14.183.142,96	IGP-DI	12,19%	13.541.401,40	IGP-DI	13,12%	15.176.082,81
CAM	55,83%	63.249.741,48	CAM	55,51%	61.640.783,16	CAM	55,87%	64.627.640,36
DÓLAR	20,24%	22.936.440,99	DÓLAR	20,65%	22.936.440,99	DÓLAR	19,83%	22.936.440,99
TR	0,88%	996.505,84	TR	0,90%	996.505,84	TR	0,86%	996.505,84
TJLP	6,10%	6.910.695,97	TJLP	6,22%	6.910.695,97	TJLP	5,97%	6.910.695,97
LIBRA	0,00%	5.317,70	LIBRA	0,00%	5.317,70	LIBRA	0,00%	5.317,70
IENE	0,07%	80.360,91	IENE	0,07%	80.360,91	IENE	0,07%	80.360,91
SELIC	1,93%	2.182.567,62	SELIC	1,97%	2.182.567,62	SELIC	1,89%	2.182.567,62
IPCA	2,26%	2.563.983,40	IPCA	2,31%	2.563.983,40	IPCA	2,22%	2.563.983,40
S/ CORREÇÃO	0,17%	188.584,67	S/ CORREÇÃO	0,17%	188.584,67	S/ CORREÇÃO	0,16%	188.584,67
TOTAL	100,00%	113.297.342	TOTAL	100,00%	111.046.642	TOTAL	100,00%	115.668.180

dez/17

Coefficiente de Atualização Monetária - CAM

A partir da série histórica de 3,5 anos do coeficiente de atualização divulgado pela STN³⁶, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de 3,8%a.a. e 8,9%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do CAM, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões, equivalente a 0,36% na participação total na dívida. Passando de 55,51% no cenário otimista para 55,87% no cenário pessimista.

Gráfico 20



IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,0%a.a. e 13,6%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-

³⁶ A LC nº 148/2014, alterou o indexador do contrato de refinanciamento firmado no âmbito da Lei nº 9.496/97.

A partir de 1º de janeiro de 2013, deverão ser aplicados, juros debitados mensalmente à taxa nominal de 4% ao ano e atualização monetária calculada pelo IPCA limitados à taxa SELIC. Para fins da limitação será comparada mensalmente a variação acumulada do IPCA, acrescida de juros nominais de 4% ao ano, com a variação acumulada da taxa Selic. A Secretaria do Tesouro Nacional divulga, mensalmente, no sítio seu eletrônico, o coeficiente de atualização monetária – CAM.

DI, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão, equivalente a 0,93% na participação total na dívida. Passando de 12,19% no cenário otimista para 13,12% no cenário pessimista.

Quando observada a composição total da dívida por índices, nota-se uma variação absoluta de R\$ 4,6 bilhões entre o cenário otimista e pessimista e, em valores relativos de 4,16%.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 25,51 bilhões para 21,60 bilhões e de 23,8% para 20,2 %, no total da composição da dívida. Essa queda deu-se em função da valorização do real frente ao dólar e de amortização dos contratos na moeda estrangeira.

A Tabela 46 e a Tabela 47 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 46, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 344,4 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 4,6% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 47, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 2,1 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Tabela 46

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+272.356,71	+3,662
Iene Japonês	+10%	+5.240,61	+0,070
Libor	+1,0%	+344.443,33	+4,631

Tabela 47

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.198.592,79	+2,058
Iene Japonês	+10%	+7.122,78	+0,007

Receita de Operações de Crédito

Em função da necessidade de ampliar os investimentos, o Estado do Rio incluiu uma nova operação de crédito em sua estratégia de financiamento.

Tabela 48

CONTRATO DE FINANCIAMENTO ASSINADO EM 2016	ASSINATURA	CREADOR
Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 PRO-ML4 ADICIONAL II	26/02/2016	BNDES

Foram liberados ao longo do ano R\$ 1,05 bilhão de receita oriunda de operações de créditos:

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados no Exercício

- R\$ 445,06 milhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II ADICIONAL II (recursos provenientes do BNDES);

Desembolsos pertinentes aos Contratos Firmados em Exercícios Anteriores

- R\$ 206,75 milhões destinados ao Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do E.R.J. - PROVIAS (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 126,57 milhões destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM (recursos provenientes do BID);
- R\$ 86,25 milhões destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 56,65 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 29,22 milhões destinados ao Programa de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacíficas do RJ – INCLUSÃO I (recursos provenientes do BID);

- R\$ 26,98 milhões destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID);
- R\$ 15,70 milhões destinados ao Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 13,78 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 13,53 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 9,86 milhões destinados ao Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial - PRÓ-GESTÃO II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 9,50 milhões destinados ao Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 3,54 milhões destinados ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 2,10 milhões destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 1,46 milhão destinado ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD); e

- R\$ 363,25 mil destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II (recursos provenientes do BNDES).

Tabela 49
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/12/2016

R\$ mil

	2016		2017/19
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	1.047.349	-	4.044.597
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	472.743	-	953.726
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	-
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	13.782	-	267.402
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	-	-	9.305
4.PMAE II - BNDES	-	-	1.608
5.CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	-	20.040
6. VIALIGHT - CAIXA	-	-	259.067
7. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	363	-	1.298
8. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	13.532	-	331.445
9. PROCOI -CAIXA	-	-	63.561
10. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL II - BNDES	445.066	-	-
Demais	574.606	-	3.090.871
11. PET II - BIRD	1.458	-	28.243
12. RIO RURAL I - BIRD	9.501	-	2.491
13. PROFAZ - BID	26.980	-	-
14. PRÓ-GESTÃO I - BIRD	3.540	-	20.974
15. PRODETUR - BID	2.105	-	245.280
16. PSAM - BID	126.576	-	1.204.987
17. PET II Adicional - BIRD	56.656	-	784.835
18. PROVIAS - CAF	206.755	-	177.818
19. ARCO METROPOLITANO	86.247	-	63.970
20. INCLUSÃO SOCIAL - BID	29.223	-	145.164
21. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	15.705	-	278.654
22. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	9.861	-	138.455
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	1.989.210
Total	1.047.349	-	6.033.808

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2016.

(1) Valores realizados em 2016, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de DEZ/2016



Tabela 50

Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

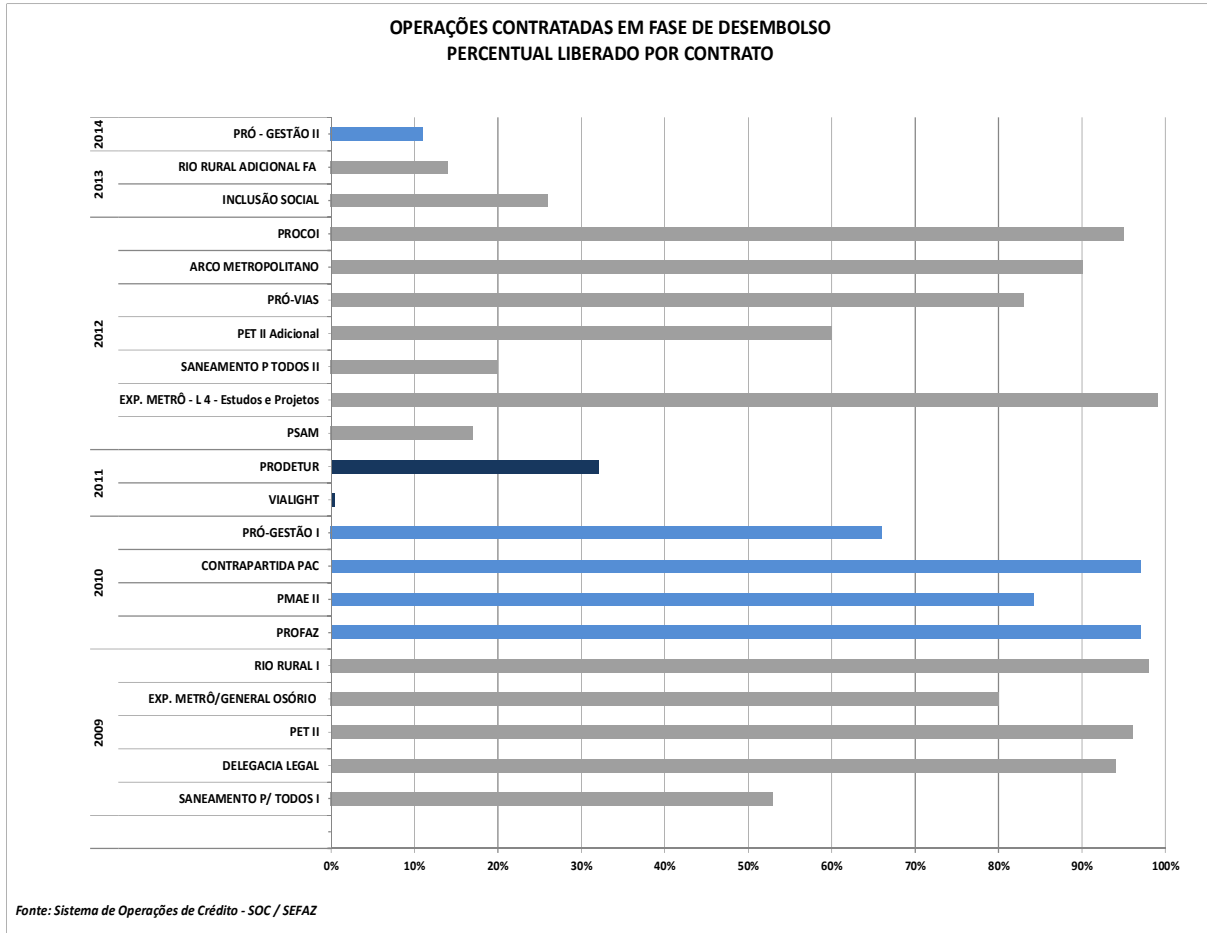
Data: 31.12.2016

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	293.723.606,04	53%	558.000.000,00	293.723.606,04
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	74.900.470,6226	94%	159.638.272,51	147.863.242,33
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	203.034.022,91	96%	689.951.470,00	391.046.306,74
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	34.529.944,77	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	38.735.596,12	98%	128.734.450,00	85.692.038,43
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	19.181.014,41	97%	64.396.719,86	53.708.426,92
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	4.256.348,7751	84%	10.149.740,36	8.402.372,99
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	296.848.677,73	97%	616.230.791,69	586.006.600,71
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	12.237.479,49	66%	60.857.174,30	31.563.383,65
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	36.379.421,44	32%	365.019.200,00	84.115.705,52
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	78.130.000,00	17%	1.473.048.018,00	221.164.710,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,95	79.368.240,36	99%	160.608.825,19	156.682.298,62
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	83.927.573,26	20%	415.372.248,98	83.927.573,26
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	359.186.734,81	60%	1.955.460.000,00	1.136.959.419,81
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	265.114.581,62	83%	1.041.852.792,50	748.079.880,68
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	180.371.777,63	90%	651.820.000,00	454.766.741,91
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEELJE	DÓLAR	60.000.000,00	15.458.880,24	26%	195.546.000,00	48.826.613,65
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	14.499.803,55	14%	325.910.000,00	44.649.830,95
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	5.517.382,22	11%	156.436.800,00	15.860.773,28

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



Gráfico 21



VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios³⁷

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º Quadrimestre de 2016 com 494 convênios de despesa e 326 convênios de receita vigentes³⁸.

Entre os convênios de despesa, os mais importantes para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do Programa Somando Forças³⁹. Na esfera dos convênios de receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*⁴⁰ engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 3º quadrimestre de 2016 com o montante total de R\$ 4,27 bilhões.

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 1º quadrimestre com o montante total de R\$ 7,65 bilhões.

³⁷ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio.

³⁸ Convênios de Receita são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro destina seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Contempla, ainda, as parcerias realizadas por meio de termos de fomento e colaboração, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, que entrou em vigor em 23 de janeiro de 2016.

³⁹ Decreto nº 42.384, de 29 de março de 2010.

⁴⁰ Lei nº 11.578/2007 regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

VI.7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's

O ano de 2016 chega ao fim com o Estado promovendo o processo de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato Casa Civil nº 27/2013, referente à única parceria público-privada (PPP) em vigor no ERJ, cujo objeto compreende a concessão administrativa de serviços de gestão, operação e manutenção dos Estádios Maracanã e Maracanãzinho, cumulado com a realização de obras incidentais.

O desequilíbrio econômico-financeiro do contrato foi reconhecido pelo Estado. A Concessionária, no entanto, por não concordar com os termos propostos pelo Poder Concedente para restabelecimento do equilíbrio, apresentou, em outubro de 2016, um requerimento de instauração de arbitragem. O processo segue em andamento na a Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem⁴¹, obedecendo às diretrizes previstas na Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Ainda no âmbito da PPP Maracanã, em dezembro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu, por intermédio da Resolução Casa Civil nº 437, comissão composta por 05 (cinco) membros para analisar o pedido de transferência do Bloco de Controle da SPE Complexo Maracanã Entretenimento S.A.

Quanto a novos contratos, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, destinado a disciplinar e promover a realização de PPP, no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, finaliza o último quadrimestre de 2016 executando o Procedimento de Manifestação de Interesse para obtenção de estudos técnicos com vistas à consolidação e modelagem de 02 (dois) projetos:

- **PPP Saneamento:** Projeto destinado à prestação de serviços de saneamentos a regiões da Baixada Fluminense e Bacia do Rio Guandu, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas. O intuito é alcançar de forma progressiva a total despolição da Baía de Guanabara. Os estudos técnicos

⁴¹ “A Câmara FGV de Mediação e Arbitragem é presidida pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas, assistido, em suas funções, por dois Vice-Presidentes egressos do Conselho Diretor da Instituição. Completam a Direção da Câmara um Diretor Executivo, um Diretor Jurídico e o Presidente da Comissão de Arbitragem, tal como previsto no respectivo Regulamento. A função precípua da Câmara é a de administrar e monitorar os procedimentos da mediação e o arbitral, garantindo que todas as suas fases e prazos sejam cumpridos rigorosamente de acordo com os respectivos regimentos.”, informa a Fundação Getúlio Vargas.

estão sendo elaborados pela Empresa Brasileira de Projetos – EBP.

- **PPP Ilha Grande:** Projeto destinado à prestação de serviço de apoio à gestão, conservação e visitação pública das Unidades de Conservação⁴², da Ilha Grande.

Em setembro, deu-se ciência ao CGP da conclusão dos estudos complementares da modelagem da PPP de Saneamento da Região Metropolitana e foi apresentada ao Conselho a Manifestação de Interesse do Privado da Deloitte, empresa prestadora de serviços de auditoria, consultoria empresarial e tributária, assessoria de gestão financeira e de gestão de riscos e terceirização de serviços, com objetivo de estruturação de projeto de parcerias público-privadas visando à construção, operação e manutenção de instituições socioeducativas.

Em dezembro, o Conselho apreciou o relatório da Comissão instituída pela Resolução SEDEIS nº 126/2016 para acompanhar o Chamamento Público 001/2016, relativo à PPP da Ilha Grande e, acolhendo a recomendação nele contida, decidiu autorizar a Empresa Cataratas do Iguaçu S/A, a iniciar os estudos técnicos, nos termos do chamamento.

Os estudos técnicos aceitos para a estruturação do projeto terão seus custos total ou parcialmente ressarcidos pelo vencedor da licitação da PPP, de acordo com seu aproveitamento na modelagem final do projeto. O ressarcimento dos projetos está limitado ao valor apresentado pelo autor do estudo.

Para a PPP Saneamento não é aceito valor que ultrapasse, em seu conjunto, o teto de R\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de reais) e para a PPP Ilha Grande, valor que ultrapasse R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais).

Além dos projetos citados, outros de diversas áreas, como transporte, saúde, segurança pública e educação, estão em desenvolvimento na Secretaria Executiva do PROPARG em conjunto com a Unidade de

⁴² À luz do art. 2º, I da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

PPP, exercida pela Agência de Fomento do Estado (AGERIO).

Destacam-se os seguintes:

- **PPP Rio Imagem:** Projeto de Implantação, Operacionalização e Gestão de Serviços de Diagnóstico por Imagem do Programa Rio Imagem, apresentado pela Secretaria Estadual de Saúde, para a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de imagens fixos e móveis, atendendo a uma população de 16 milhões de habitantes de 92 municípios. A proposta preliminar foi elaborada pela *International Finance Corporation* – IFC, organismo multinacional vinculado ao Banco Mundial.
- **PPP Linha 3:** Projeto de mobilidade urbana, entre as cidades de Niterói e São Gonçalo, numa extensão de trajeto de 22 km, beneficiando cerca de 1,7 milhão de pessoas, o que equivale a cerca de 350 mil passageiros por dia, apresentado pela Secretaria Estadual de Transporte. Os estudos adquiridos anteriormente pelo Estado serão reavaliados.
- **PPP Cidadania Fiscal:** Projeto apresentado pela SEFAZ que visa estimular os agentes de mercado e contribuintes de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS) a cumprirem com seu dever de emissão da Nota Fiscal de Consumidor eletrônica (NFC-e).

Cumpra ainda informar que permanece em estruturação nesta SEFAZ a PPP Barreira Fiscal: Projeto de PPP para fortalecimento e a modernização dos serviços de fiscalização tributária empreendidos pela SEFAZ, em 06 (seis) postos fiscais existentes em rodovias federais e estaduais, próximos às divisas estaduais com São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e em pontos estratégicos da malha rodoviária fluminenses.

Por fim, saliente-se que a estruturação de uma PPP compreende uma série de procedimentos e estudos complexos que permitem verificar a viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica da concessão. De modo que somente quando os projetos estiverem com sua modelagem econômico-financeira estabelecida, será possível verificar

se o mesmo agrega de forma positiva valor para a sociedade, considerando, para tanto, seus custos e benefícios.

VI.8 Captação de Recursos

No terceiro quadrimestre de 2016, no que tange à captação de recursos, foram realizadas reuniões com representantes de organismos multilaterais, especificamente do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento, e da Secretaria do Tesouro Nacional para acompanhamento do desempenho de indicadores abarcados por empréstimos com essas instituições. As reuniões setoriais com executores de empréstimos de todo o Estado foram conduzidas regularmente.

Em 2016, há que se destacar dois fatores que afetaram o andamento da execução de diversos projetos estaduais arcados com recursos de operações de crédito. São eles: descumprimento do limite máximo da relação DCL/RCL, provocado pela velocidade e efeitos da retração econômica entre os anos de 2013 e 2016 sobre a arrecadação estadual, e a profusão de decisões judiciais impetradas contra o Estado do Rio de Janeiro, em sua maioria para pagamento de folha salarial. Tais decisões judiciais não apenas afetaram a Conta Única do Tesouro Estadual (CUTE), mas também as demais contas do Estado, inclusive contas de terceiros como de operações de crédito.